

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E
TECNOLOGIAS**

ANA CLÁUDIA SOUZA VORTMANN

**CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE,
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO
ESTADUAL PROF. ANTÔNIO MARÇO DE ARAÚJO (LUZIÂNIA/GO)**

LUZIÂNIA/GO

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E
TECNOLOGIAS**

ANA CLÁUDIA SOUZA VORTMANN

**CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE SEXUALIDADE,
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO
ESTADUAL PROF. ANTÔNIO MARÇO DE ARAÚJO (LUZIÂNIA/GO)**

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET) da Universidade Estadual de Goiás, para obtenção do título de Mestra em Gestão, Educação e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

LUZIÂNIA/GO

2023

V957c Vortmann, Ana Cláudia Souza

Concepção de professores e alunos sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual: estudo de caso no Colégio Estadual Prof. Antônio março de Araújo (Luziânia/GO). – Luziânia, 2023.

103 f.

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Unidade Universitária de Luziânia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão, Educação e Tecnologias.

Orientador: Flávio Reis dos Santos

1. Educação - Sexualidade. 2. Escola - Discriminação Sexual. 3. Identidade de Gênero - Luziânia/GO. I. Santos, Flávio Reis dos. II. Título.

CDU 37-055.3

Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais da Universidade Estadual de Goiás

Biblioteca da Unidade Universitária de Luziânia

Bibliotecária Agostinha Maria Rodrigues – CRB1/3045

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD/UEG)

Na qualidade de titular dos direitos de autor / autora, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a **Lei nº 9610/98**, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo: Ana Cláudia Souza Vortmann
E-mail: Claudia.vort@gmail.com

Dados do trabalho

Título Concepção de Professores e alunos sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual: estudo de caso no Colégio Estadual Prof. Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO)

Tipo

() Tese (x) Dissertação () Dissertação e Produto Técnico Tecnológico (PTT)
() Tese e Produto Técnico Tecnológico (PTT)

Curso/Programa: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

Concorda com a liberação do documento:

[X] SIM
[] NÃO

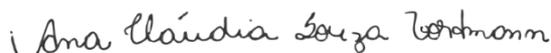
Assinalar justificativa para o caso de impedimento e não liberação do documento:

[] Solicitação de registro de patente;
[] Submissão de artigo em revista científica;
[] Publicação como capítulo de livro;
[] Publicação da dissertação/tese em livro.

Período de embargo é de **um ano** a partir da data de defesa, prorrogável por mais um ano.

Em caso de não autorização, o período de embargo será de **até um ano** a partir da data de defesa, caso haja necessidade de exceder o prazo, deverá ser apresentado formulário de solicitação para extensão de prazo para publicação devidamente justificado, junto à coordenação do curso.

Luziânia - GO, 13/05/2023



Assinatura autor (a)



Assinatura do orientador (a)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

Concepção de Professores e alunos sobre sexualidade, gênero e
diversidade sexual: estudo de caso no Colégio Estadual Prof. Antônio
Março de Araújo (Luziânia/GO)

Ana Cláudia Souza Vortmann

Exame de Defesa de Mestrado realizado em 13/04/2023

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
(Orientador)



Profa. Dra. Rosemary Aparecida Santiago
(Membro Externo)



Prof. Dr. Marcelo Duarte Porto
(Membro Interno)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço imensamente a Deus e a espiritualidade superior por ter me proporcionado forças para chegar até aqui. Durante todo esse tempo que estive no curso, passei pelos momentos mais difíceis da minha vida e tenho plena certeza que se não fosse pela proteção Divina não teria conseguido.

Eu sempre acreditei no poder da família, no quanto o lar, o afeto familiar é necessário para a formação do indivíduo, sendo assim, tenho eterna gratidão a minha mãe e irmã, que sempre estão me aplaudindo e incentivando. Valentina, minha amada filha, um dos objetivos deste trabalho é uma pequena tentativa de melhorar o mundo que você vai viver. Larissa Gusmão, obrigada por me apoiar e acreditar em mim e obrigada mais ainda por cuidar da Valente para eu conseguir me dedicar a esse trabalho.

Agradeço em especial a duas amigas, que passaram de companheiras de curso para amigas da vida, passamos por momentos tenebrosos, mas vencemos, Juscélia Paiva e Tatiane Andrade, muito obrigada por terem segurado minha mão, obrigada pelas palavras de apoio e por acreditarem em mim.

Não posso deixar de agradecer o meu orientador Flávio Reis dos Santos, por ter sido um anjo da guarda enviado de Deus. Não tenho palavras para descrever e agradecer tudo que você fez por mim, por ter me entendido nos dias difíceis e principalmente por ter me colocado no eixo quando eu tanto precisei e mais ainda, obrigada por ter confiado em mim e não me abandonado.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade
seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”.
Simone De Beauvoir

VORTMANN, Ana Cláudia Souza. **Sexualidade, e Diversidade Sexual**; Da legislação a formação inicial: Estudo de Caso no Colégio Estadual Prof. Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO). 2022. XXXf. Dissertação (Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Luziânia/GO, 2022.

RESUMO

A escola enquanto instrumento de reprodução da ideologia da classe dominante replica para os estudantes os padrões e normas por ela estabelecidos, ou seja, o ambiente escolar, frequentemente, absorve e difunde os aspectos sociais e culturais praticados na sociedade, dentre os quais destacamos a discriminação, a não aceitação, o desrespeito e a exclusão das pessoas LGBTQIA+. Essa evidência nos despertou o interesse em realizar esta pesquisa, pois entendemos que, apesar das resistências e discriminações no interior da escola e da sala de aula, existem inúmeras possibilidades para discussões, disseminação de informações e esclarecimentos sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual. Em nossa leitura, a sociedade envolve e é envolvida por várias diversidades e adversidades, na qual estão contidas diferentes pessoas, culturas, hábitos, costumes, sexualidades, dentre outros aspectos. Nesse contexto, acreditamos que é preciso entender e, principalmente, respeitar essa realidade dinâmica da qual fazemos parte. Na expectativa de direcionar a pesquisa, estabelecemos como objetivo central analisar o entendimento que professores e alunos do 3º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO) apresentam sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual e como tais questões são trabalhadas no interior da sala de aula. Para empreender a pesquisa optamos pela utilização do “estudo de caso”, pois representa um método empírico da investigação de fenômenos contemporâneos em sua profundidade e em seus contextos de mundo real, sobretudo quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidenciados. No tocante à análise dos dados coletados, recorreremos a uma abordagem quanti-qualitativa, visto que nos possibilita efetuar uma caracterização holística de um fenômeno que se materializa em uma situação natural, repleta de informações descritivas, dispõe de um plano aberto, flexível e focalizado na complexidade e contextualização da realidade. Portanto, constitui instrumento de substancial potencialidade para que tenhamos as condições de conhecer e compreender os contextos que caracterizam as interações e ações no interior da escola. As nossas constatações indicam que há a necessidade urgente de que a escola amplie a sua ação e atuação para o cumprimento de suas responsabilidades sociais – sem deixar de considerar as competências e responsabilidades do Estado estabelecidas na legislação brasileira –, mediante à compreensão e adaptação ao permanente processo de transformação da sociedade em direção ao estabelecimento de uma convivência respeitosa e amistosa com as diversidades humanas.

Palavras-Chave: Educação - Sexualidade. Escola - Discriminação Sexual. Identidade - Gênero em Luziânia/GO.

VORTMANN, Ana Claudia Souza. **Sexuality, Gender and Sexual Diversity: From legislation to initial training: Case Study at Colégio Estadual Prof. Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO).** 2022. XXXf. Dissertation (Master in Management, Education and Technologies) – State University of Goiás, Luziânia/GO, 2022.

ABSTRACT

The school as an instrument of reproduction of the ideology of the dominant class replicates for students the standards and norms established by it, that is, the school environment often absorbs and disseminates the social and cultural aspects practiced in society, among which we highlight discrimination. , the non-acceptance, disrespect and exclusion of LGBTQIA+ people, evidence that aroused our interest in carrying out this research, as we understand that despite resistance and discrimination within the school and the classroom there are numerous possibilities for discussions, dissemination of information and clarification on sexuality, gender and sexual diversity. In our view, society involves and is involved by various diversities and adversities, in which different people, cultures, habits, customs, sexualities, among other aspects, are contained. In this context, we believe that it is necessary to understand and, above all, respect this dynamic reality of which we are a part. In the expectation of directing the research, we established as a central objective to analyze the understanding that teachers and students of the 3rd year of High School at Colégio Estadual Professor Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO) present about sexuality, gender and sexual diversity and how such issues are worked on. inside the classroom. To undertake the research, we chose to use the “case study”, as it represents an empirical method of investigating contemporary phenomena in their depth and in their real-world contexts, especially when the boundaries between the phenomenon and the context are not clearly evidenced. Regarding the analysis of the collected data, we used a quantitative-qualitative approach, since it allows us to carry out a holistic characterization of a phenomenon that materializes in a natural situation, full of descriptive information, it has an open, flexible and focused plan complexity and contextualization of reality. Therefore, it constitutes an instrument of substantial potential for us to have the conditions to know and understand the contexts that characterize the interactions and actions within the school. Our findings indicate that there is an urgent need for the school to expand its action and performance to fulfill its social responsibilities – while considering the competences and responsibilities of the State established in Brazilian legislation –, by understanding and adapting to the permanent process of transforming society towards the establishment of a respectful and friendly coexistence with human diversities.

Keywords: Education - Sexuality. School - Sexual Discrimination. Gender Identity in Luziânia/GO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sabe qual é o significado da sigla LGBTQIA+?	54
Figura 2 - Nas turmas de Ensino Médio da escola em que atua existem alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero e/ou orientação sexual?	55
Figura 3 - Já presenciou alguma manifestação de preconceito e/ou discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero ou algum caso de evasão/abandono escolar de alunos LGBTQI+?	56
Figura 4 - A escola realiza alguma atividade ou fomenta debates/discussões direcionados à diversidade sexual e/ou as discriminações vivenciadas pela população LGBTQI+?.....	57
Figura 5 - Em algum momento da sua trajetória acadêmica/profissional participou de palestras, cursos, seminários, formação continuada para trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual na escola?	58
Figura 6 - Costuma trabalhar com os alunos temáticas relacionadas à diversidade sexual e às discriminações sofridas pela população LGBTQI+?	59
Figura 7 - Acredita que existe resistência dos professores(as) e da gestão escolar em trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual no âmbito escolar?.....	61
Figura 8 - Na sua opinião abordar tais questões na escola representa interferir, de alguma forma, na atuação da família no processo de formação dos alunos?.....	62
Figura 9 - A ausência de referências à diversidade sexual no ambiente escolar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de formação do(s) alunos(as), bem como o enfrentamento e superação das discriminações e preconceitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade da população LGBTQI+?.....	64
Figura 10 - Entende que existe resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual sejam discutidos na escola?	65
Figura 11 - Sabe qual é o significado da sigla LGBTQIA+?.....	67
Figura 12 - Nas turmas de Ensino Médio na escola em que estuda existem alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero e/ou orientação sexual?	68
Figura 13 - Já presenciou alguma manifestação de preconceito e/ou discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero?	69

Figura 14 - A escola realiza alguma atividade ou fomenta debates/discussões direcionados à diversidade sexual e/ou as discriminações vivenciadas pela população LGBTQI+?.....	71
Figura 15 - Acredita que existe resistência dos professores(as) e da gestão escolar em trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual no âmbito escolar?.....	72
Figura 16 - Na sua opinião abordar tais questões na escola representa interferir, de alguma forma, na atuação da família no processo de formação dos alunos?.....	73
Figura 17 - A ausência de referências à diversidade sexual no ambiente escolar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de formação do(s) alunos(as), bem como o enfrentamento e superação das discriminações e preconceitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade da população LGBTQI+?.....	74
Figura 18 - Para você de quem é a responsabilidade em trabalhar com as questões relacionadas à diversidade sexual.....	75
Figura 19 - Em sua concepção, entende que existe resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual sejam discutidos na escola?	76
Figura 20 - A resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual precisam discutidos na escola?	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DAS TEMÁTICAS CENTRAIS E SUA INSERÇÃO NA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	17
2.1 Definições Conceituais Possíveis sobre Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual.....	17
2.2 Breves Apontamentos sobre a Inserção das Temáticas Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual na Legislação da Educação Brasileira.....	26
3 O PROCESSO ACADÊMICO-FORMATIVO DO PROFESSOR PARA UMA CONSCIÊNCIA ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL.....	38
3.1 A Necessidade de Compreensão sobre as Questões que envolvem a Diversidade Sexual no Interior da Sociedade: Homofobia Não.....	38
3.2 Formação Inicial e Continuada para Professores sobre Diversidade Sexual no Brasil.....	44
4 SEXUALIDADE, GÊNERO, IDENTIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL NA CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ESTADUAL EM LUZIÂNIA/GO.....	52
4.1 Formação e Prática Docente no Interior da Escola: Entendimento das Temáticas da Pesquisa.....	53
4.2 Escolarização dos Esquecidos em Contexto Adverso: A Voz dos Aluno....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6 REFERÊNCIAS.....	86
7 APÊNDICES.....	95
7.1 APÊNDICE I – Solicitação para Realização da Pesquisa.....	95
7.2 APÊNDICE II – Declaração de Ciência e Concordância da Instituição Escolar.....	96
7.3 APÊNDICE III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	97
7.4 APÊNDICE IV – Questionário Professores.....	100
7.5 APÊNDICE V – Questionário Alunos.....	102

1 INTRODUÇÃO

Sexualidade, gênero e diversidade sexual são questões que vêm ganhando espaço na sociedade contemporânea, em decorrência da maior atenção de pesquisadores das mais diversas partes do mundo sobre a temática inaugurada na década de 1970 e reforçada pelo movimento político e social denominado Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) na década de 1990. Nos anos seguintes, o movimento evoluiu e passou a incluir diversas pessoas de diferentes orientações sexuais e identidade de gênero, atualmente composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos e Assexuais (LGBTQIA+), intensificando a luta na defesa da inclusão, aceitação e respeito integral dos direitos dessas pessoas.

Reflexo do contexto social e cultural da discriminação, não aceitação e exclusão das pessoas LGBTQIA+ disseminada na sociedade, o ambiente escolar manifesta o mesmo comportamento. Fato que nos levou a empreender a presente pesquisa na medida em que entendemos que, apesar das resistências e discriminações no interior da escola e da sala de aula, existe uma riqueza de possibilidades para as discussões, disseminação de informações e esclarecimentos sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual, assim como para o entendimento das realidades e dificuldades enfrentadas pelas pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo da sociedade.

Bortolini (2011, p. 31), argumenta as contradições acerca das temáticas em muitas situações acabam se transformando em ações impregnadas de intolerância e violência. À medida em que a convivência com a intensificação de uma melhor compreensão da diversidade sexual afastada da discriminação nos possibilita rechaçar “atitudes preconceituosas e violentas de pessoas, grupos e instituições. Esses fatos ocorrem em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos, na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na escola”.

A educação em nosso país é orientada por uma tradição de heteronormatividade que, de acordo com Louro (2004), a pessoa que, por algum motivo não está dentro das normas socialmente estabelecidas, se encaminha para uma nova conformação de sexualidade, gênero e diversidade sexual, entendidas com “minorias” e colocadas à margem das atenções e conteúdos de um currículo escolar destinado à “maioria”. Ainda de acordo com a autora, “paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos

daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam” (LOURO, 2004, p. 27).

No interior da sala, apesar das dificuldades, existe também uma infinidade de possibilidades para o desenvolvimento da prática docente quanto as questões de gênero e diversidade sexual. Todavia, é necessário ter conhecimento para lidar com esse novo ciclo da educação, essa nova era de descobrimento, de aceitação e de enfrentamento de sujeitos que, por não se enquadrarem no padrão heteronormativo, ficam expostos às desigualdades, preconceitos e violências de toda ordem. A abordagem dessas temáticas pode proporcionar aos professores a oportunidade de questionar a heterossexualidade como modelo único; ultrapassar os limites do conceito cultural homem-mulher e dos padrões de gênero e aprofundar as discussões sobre os diferentes aspectos da sexualidade.

Louro (2004, p. 130) denuncia que “as políticas curriculares são, então, alvo da atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos”. Diante dessa realidade, é possível encontrar professores que apresentam resistência em trabalhar a questão de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar ou mesmo insegurança para abordar a temática.

Em pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004), intitulada “Perfil dos Professores Brasileiros: O que Fazem, O que Pensam, O que Almejam”, destaca que 59,7% dos professores que participaram da entrevista declararam ser inadmissível que uma pessoa tenha experiências homossexuais, evidenciando assim a resistência para lidar com as situações que estão cada vez mais recorrentes no ambiente escolar.

Veiga-Neto (2002, p. 23) ressalta a dificuldade que o próprio professor tem com as mudanças de paradigmas ao afirmar que na atualidade desempenhamos as atividades docentes decorrente de uma formação intelectual e profissional conservadora e dentre as suas principais consequências “é que talvez não estejamos suficientemente aptos para enfrentar, nem mesmo na vida privada, as rápidas e profundas mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas em que nós achamos mergulhados”.

De acordo com Canário (1991, p. 54) “a formação de professores foi durante muitos anos entendida como sendo apenas o processo de formação inicial”. Mas o processo de formação do professor não é único e deve estar em constante movimento, pois a sociedade está em movimento e é papel do professor acompanhar essas mudanças e estar preparado para abordá-las com propriedade.

Nesse sentido, entendemos que a formação continuada do professor e demais profissionais da educação é de significativa importância, pois constitui uma renovação dos saberes, que pode possibilitar ao professor o enfrentamento para com as dificuldades e desafios cotidianos em sua prática docente em constante transformação. Nóvoa (2003, p. 23), de sua parte, argumenta que “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”.

Em nossa concepção, a sociedade envolve e é envolvida por inúmeras diversidades, na qual estão contidas diferentes pessoas, culturas, hábitos, costumes, sexualidades, identidades de gênero, dentre outros aspectos. Portanto, acreditamos que é preciso entender e, principalmente, respeitar essa realidade dinâmica em que estamos inseridos. Tomamos por referência o Artigo 3º, Inciso IV da Constituição Federal do Brasil que define que um dos objetivos fundamentais é de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 11). Assim, entendemos haver a necessidade da construção e desenvolvimento de uma cultura de valorização no ambiente escolar da diversidade para o exercício desde cedo da função social em sua amplitude, com vistas à compreensão das diferenças e semelhanças entre os seres humanos e a diversidade existentes em cada um de nós.

Nesse sentido, para direcionar a presente pesquisa estabelecemos como objetivo geral, analisar a formação, a prática pedagógica dos professores e o entendimento que professores e alunos do 3º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO) apresentam sobre Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual e como tais questões são trabalhadas no interior da sala de aula. Como objetivos específicos temos: 1) apresentar as discussões, concepções e conceitos sobre a temática na literatura e sua disposição na legislação da educação no Brasil; 2) verificar a existência/oferta de cursos de capacitação e/ou formação continuada sobre a temática para apoiar a prática

cotidiana docente disponibilizadas tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual; 3) Identificar e analisar as concepções de professores e alunos sobre a temática de gênero, sexualidade e diversidade sexual. No entendimento de Deslandes (1991), é exatamente nos objetivos que apontamos as nossas possibilidades em direção da finalização da investigação, na medida em que é de fundamental importância que tais objetivos sejam alcançados.

A nossa expectativa com a materialização desta pesquisa é que contribua para o entendimento da diversidade sexual e da identidade de gênero não como opção, mas como orientação sexual, bem como contra a incompreensão, resistência, discriminação e exclusão das pessoas que não são enquadradas no padrão heteronormativo determinado e imposto pela sociedade. E, ainda, para a mudança de postura acerca da temática por parte da escola, de seus dirigentes, de professores de alunos, da comunidade local e da sociedade em si, visto que ser “diferente” é não atender aos padrões estabelecidos por uma sociedade histórica e estruturalmente machista.

Para isso optamos pela utilização do “estudo de caso”, pois representa um método empírico da investigação de fenômenos contemporâneos em sua profundidade e em seus contextos de mundo real, sobretudo quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidenciados. Entendemos ainda, que o estudo de caso se defronta com situações tecnicamente diferenciadas com inúmeras variáveis de interesses e com várias fontes de evidência que demandam a necessidade de sua convergência de forma triangular, contribuindo para o desenvolvimento das proposições teóricas que orientam a coleta e análise de dados (YIN, 2015).

Diante dessas considerações, aclaramos que o nosso universo e sujeitos da pesquisa são constituídos por onze (11) professores e doze (12) alunos das duas turmas do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Antônio Março de Araújo, estabelecido no município de Luziânia/GO. De acordo com Gil (2012, p. 89), o universo da pesquisa representa “o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”; e seus sujeitos, aqueles que estão diretamente envolvidos com o processo de pesquisa. No que diz respeito à análise dos dados coletados, recorreremos a uma abordagem quanti-qualitativa, visto que nos possibilita efetuar uma caracterização holística de um fenômeno que se materializa em uma

situação natural, “rica em dados descritivos, tem um plano aberto, flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”, portanto constitui instrumento de grande potencialidade para que possamos conhecer e compreender os contextos que caracterizam as interações e ações no interior da escola, bem como a sua relação com as demais instituições da sociedade (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas, pois é constituído por “um conjunto de perguntas que são respondidas por escrito pelo pesquisado e as perguntas, por seu tempo, “possibilitam investigações mais profundas e precisas”, contemplando assim o objetivo da pesquisa, que visa um conhecimento mais profundo dos entrevistados (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 204). Este instrumento, ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003), permite ao entrevistado responder com maior liberdade e segurança as perguntas em razão da preservação de sua identidade¹.

¹ Ver Apêndice 1 (Questionário Professores) e Apêndice 2 (Questionário Alunos).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DAS TEMÁTICAS CENTRAIS E SUA INSERÇÃO NA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Na primeira parte desta Seção (Capítulo 1) abordamos as definições e suas variações sobre as temáticas sexualidade, gênero e diversidade sexual para que tenhamos as informações essenciais e possamos compreender a construção de conceitos e comportamentos que representam e expressam as pessoas humanas enquanto protagonistas de seus desejos e aspirações e não como ser “diferente”. Buscamos ainda, proporcionar o entendimento da existência substancial de outros “iguais” aos “diferentes” em luta pelo reconhecimento e aceitação da sociedade.

Na segunda parte da Seção 2, destacamos a inserção da temática central da presente pesquisa na legislação brasileira, em especial, nos documentos que dizem respeito à educação, com vistas à construção de um entendimento crítico e reflexivo sobre a sua disposição na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Base Nacional Comum Curricular BNCC, visto que em nossa concepção a análise da incidência da sexualidade, gênero e diversidade sexual na legislação educacional brasileira pode contribuir para a reconstrução do seu entendimento tanto na própria educação quanto no interior da escola.

2.1 Definições Conceituais Possíveis sobre Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual

Os movimentos sociais em defesa da igualdade de gênero e da diversidade sexual se intensificaram nas últimas décadas do século XX com a realização de diversos eventos e ações para a garantia dos direitos legais relacionados à sexualidade, sobretudo, nas áreas de saúde e de educação – com a inclusão nos currículos escolares sobre tais temáticas, ganhando espaço nas agendas políticas de vários países do mundo, inclusive do Brasil, no final dos anos 1990. Aqui destacou-se a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que disponibilizaram nos Temas Transversais as abordagens sobre “Gênero e Sexualidade”.

Especificar os conceitos relacionados ao gênero se faz necessário para que possamos compreender as formas de sua apropriação histórica, social e cultural no interior das sociedades humanas, que no decorrer dos tempos privilegiaram a preponderância do masculino sobre o feminino, sempre considerando os aspectos

biológicos da força física do homem sobre a mulher. No entanto, partimos do princípio de que a relação masculinidade e feminilidade não deve ser entendida com base apenas nos elementos biológicos, visto que deixam de considerar as suas respectivas representações. Não que haja aqui a nossa intenção de desprezar tais aspectos e/ou elementos constitutivos dos seres humanos, mas de entender a construção, transformação, adequação e ajustamento dos gêneros em sua caracterização no processo histórico, social e cultural que envolveram e envolvem as sociedades na contemporaneidade (LOURO, 1997; 1998; 2000; 2001; 2004).

Assim, acreditamos que o campo educacional constitui um significativo instrumento tanto para o esclarecimento quanto para o enfrentamento historicamente imposto pelos padrões masculinos e machistas na sociedade capitalista no diz respeito ao não respeito, ao desprezo, à exclusão e à discriminação homoafetiva. O ambiente escolar pode – dentro de suas limitações – contribuir para o combate a tais questões, pois constitui – ou pelo menos entendemos que deve constituir – espaço para a construção de concepções e posicionamentos críticos, orientados por conteúdos, metodologias e práticas assentadas no respeito às diversidades e em defesa dos direitos da pessoa humana.

A diversidade aqui compreendida busca expressar as diferentes concepções de sexualidade e nos possibilita entender que não há uma única definição que a caracterize de forma rígida, pois se trata de essência e sentimentos humanos quanto à sexualidade e ao envolvimento afetivo de cada ser humano em relação ao outro ser humano, na medida em que não se trata de uma opção ou preferência sexual, mas de uma orientação. No entendimento de Simões e Facchini (2009, p. 31): “comportamento e identidade são componentes da orientação sexual que não caminham necessariamente na mesma direção”. Portanto, as relações entre comportamento, desejo e o modo como as pessoas se percebem também são fruto das convenções e constrangimentos sociais. É importante destacar que falar de orientação sexual não está ligada às escolhas feitas pelo indivíduo, pois não dizem respeito a uma dimensão racional, conforme esclarece Louro (2013):

[...] esse é um processo constrangido e limitado desde seu início, uma vez que o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma

compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma (LOURO, 2013, p. 45-46).

Concebemos a necessidade não apenas do debate, mas de sua intensificação no interior das escolas de Educação Básica, especialmente, no processo formativo de professores nas Instituições de Ensino Superior – que não nos ocuparemos dessa discussão no presente trabalho – visto que se faz urgente em nossos tempos a disposição de informações, esclarecimentos, compartilhamento de dados científicos que possam aclarar e transformar concepções conservadoras e machistas acerca das diversidades sexuais em nosso país, que possibilitem a reflexão das realidades do mundo atual, sempre ressaltando os valores éticos de respeito, defesa e pleno exercício da cidadania (CICCO, 2017).

Freire (2001, p. 45) argumenta sobre a necessidade de que o indivíduo no exercício de seus direitos possa usufruir tanto daqueles que remetem aos civis quanto aos políticos no interior de um Estado supostamente democrático, no qual a “cidadania tem que vir com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”. E, nesse sentido, retomamos as definições sobre a diversidade em sua terminologia, tomando por referência o Dicionário de Filosofia de Abbagnano (1971), ao especificar que:

[...] toda alteridade, diferença ou dessemelhança. Esse termo é mais genérico que os três acima e pode indicar qualquer um deles ou todos juntos. Pode outrossim indicar a simples distinção numérica quando duas coisas não diferem em nada, exceto por serem numericamente distintas. Nesse sentido, é a negação pura e simples da identidade; Wolff a definia dizendo que são diversas as coisas que não podem ser substituídas uma pela outra, permanecendo constantes os predicados que se atribuem a uma delas, seja absolutamente, seja em dada condição (ABBAGNANO, 1971, p. 291).

A “diferença”, na concepção de Burbules (2003, p. 160) passou a ser encarada e entendida como parte da vida interior de cada sujeito, retirando “dos ombros de muitos indivíduos a carga de frequentemente ter de justificar a não conformidade com normas ou identidades convencionais e dominantes”. Louro (1997, p. 47), por sua vez, destaca que os embates sobre as diferenças estão sempre implicados com as relações de poder, pois “a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência”.

Examinando tais relações, é possível afirmar que a designação do “diferente” é importante para reforçar, reafirmar, reiterar a existência de um modelo

compreendido como normal para a sociedade, pois fomos adestrados a compreender o gênero e a sexualidade por meio de aspectos culturais determinados pela sociedade e difundidos por meio de discursos institucionais pelos meios de informação e comunicação (LOURO, 2008). Em contrapartida, o desenvolvimento das tecnologias digitais, a criação de redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Tik Tok*, *Twitter* e aplicativos multiplataforma de comunicação como o *WhatsApp*, *Facebook Messenger*, *Telegram*, dentre outros, muito têm contribuído para a propagação dos discursos dos movimentos sociais sobre um novo entendimento sobre sexualidade, diversidade sexual e diferenças.

Na concepção de Teixeira (2014, p. 42), tal encaminhamento “pode representar algo rico, mas também desestabilizador, pois embora nas instituições em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada seja a de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença”. Louro (2004), por sua vez, destaca que a diversidade é resultado de um contexto determinado, considerando que:

[...] em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. A atribuição da diferença é sempre historicamente contingente – ela é dependente de uma situação e de um momento particulares (LOURO, 2004, p. 50).

Hall (2000), acrescenta que a sociedade atual é atravessada por diferentes divisões e antagonismos que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito”, isto é, diferentes posições de identidades, formados por meio do processo de diferenciação no interior de jogos de poder e de exclusões. Silva (2000) complementa a necessidade de problematização e seu esgotamento sobre identidade e diferença no contexto neoliberal e conservador, visto que a diferença não é pré-existente, portanto, representa um predicado que somente tem sentido em suas relações, devendo ser socialmente construído.

As diferenças têm recebido maior atenção e provocado a reflexão de boa parte dos profissionais da educação, bem como a emergência de uma orientação política que permite que diferentes grupos sociais discutam sua singularidade diante de um discurso contemporâneo de homogeneidade – um discurso que enfatiza necessidades e interesses comuns. Tais discussões no âmbito educacional são de grande importância e significado ao levarmos em conta a incidência e aumento de crimes

homofóbicos e da violência de gênero em nosso país, caracterizada pela crescente violação dos direitos da pessoa humana expressa pela discriminação, preconceito, exclusão e demais violências impostas às pessoas pelo simples fato de que a sua orientação sexual ou identidade de gênero não consideram os padrões heterossexuais (CICCO, 2017).

Não podemos deixar de apontar que a homossexualidade era considerada como patologia, como desvio de conduta sexual para o dominante padrão da heterossexualidade. Somente com a publicação da quarta edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em 1995 ocorreu a exclusão da homossexualidade da classificação de “doença”. Entendemos ser pertinente apontar que a sexualidade representa uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade, contida no modo de como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (OMS, 1992).

Nas palavras de Louro (2001) as diferentes formas de experimentar e vivenciar desejos e prazeres enquanto pessoas humanas que frequentemente se manifestam socialmente, foram sendo historicamente reguladas em suas renovações e aceitas ou não pela sociedade. Transformações que remetem as suas origens a ação e atuação dos movimentos feminista e de gays e lésbicas ainda na década de 1960, que se ocuparam das discussões acerca de identidades de gênero e práticas sexuais, produzindo por resultado novos entendimentos sobre identidades sociais opostas àquelas até então consideradas “normais”. Nessa direção, é possível afirmar que a sexualidade representa um conjunto de comportamentos característicos do indivíduo agregado a experiências que adquire durante sua vida, podendo ser resumido também no conjunto das condições anatômicas, fisiológicas e psicológicas que caracterizam cada sexo.

Analisar as transformações sobre a concepção de sexualidade é importante para que possamos entender a formação dos conceitos e comportamentos que constituem e exprimem os indivíduos enquanto protagonistas dos seus desejos e não é como um ser atípico, bem como para compreender que existem inúmeros outros iguais a ele na busca e em luta permanente pelo reconhecimento e aceitação.

Identificar a ampla ramificação constituinte da diversidade demanda alguns esclarecimentos acerca dos diversos conceitos que nela estão contidos.

Nos encaminhamos então para a tarefa de aclarar que, historicamente, a concepção de gênero exprime uma construção social do sexo, explicado como uma caracterização anatômica e fisiológica dos seres humanos e suas categorias são hierarquizadas, binárias e relacionais. A tradição cultural das sociedades contemporâneas define a diferença sexual (vagina ou pênis) como sendo a base da identidade de gênero. As diferenças anatômicas entre os sexos são usadas como base para dividir o mundo entre mulheres e homens, assim como para definir quem deve se classificado nas categorias feminina ou masculina, construídas subjetivamente na conformidade dos atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para as mulheres e para os homens.

A construção dos gêneros se dá por meio da dinâmica das relações sociais, pois os seres humanos só se constroem como tal, na medida em que se relacionam com os outros seres humanos. De acordo com Saffioti (1992), não se trata apenas de entendimento de corpos e sim da totalidade da junção do corpo, intelecto, emoção, caráter e história de suas relações sociais. Portanto, gênero é uma categoria de percepção social e, assim como a sexualidade é concebida como uma produção da cultura, da mesma forma ocorre com as categorias heterossexual e homossexual. Louro (2013), de sua parte, afirma que ao mesmo tempo em que se produz a heterossexualidade se rejeita a homossexualidade, ou seja, as diferentes orientações sexuais são também produtos da cultura e representam uma história.

A identidade de gênero pode ser expressa pela certeza de ser do sexo feminino ou masculino, de acordo com os atributos, papéis e comportamentos socialmente convencionados para a definição de fêmeas e de machos. As identidades são definidas ou se definem em termos relacionais, organizam e descrevem a experiência da sexualidade dos sujeitos. Na sociedade contemporânea, as identidades são usadas para reivindicar legitimidade e luta pelo reconhecimento e respeito. As identidades são históricas e culturalmente específicas, são respostas políticas a determinadas conjunturas e constituem uma “estratégia das diferenças” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 31).

A sexualidade não heterossexual, as identidades de gênero e identidades sexuais também são produtos do processo histórico que exprimem o modo de viver.

A sexualidade e a ideia de orientação sexual devem ser vistas como forma de admitir a sua diversidade na vida das pessoas em sociedade. De acordo com Sousa Filho (2009), as orientações sexuais constituem sensibilidades e expressões do desejo e do prazer que podem aparecer na vida de um indivíduo de muitas maneiras sem que sejam fixas e inevitáveis.

Jesus (2012, p. 23) nos disponibiliza outros esclarecimentos acerca das categorias por meio de um glossário de termos inclusivos para orientar sobre identidades de gênero, como: “Sexo”: classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas”, orientada por aspectos orgânicos características orgânicas “como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. “Gênero”: classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres”, que orienta “papéis e expressões de gênero, independe do sexo”.

Dessa forma, o sexo pode ser entendido como característica que já nasce com o indivíduo, está presente na sua identidade genética, enquanto o gênero é construído de acordo com o conhecimento do indivíduo sobre seu próprio corpo e mente e não está ligado ao sexo, sendo um processo gradativo, pois quanto mais o indivíduo se conhece, mais vai definindo o seu gênero. Quanto às definições de “expressão de gênero” e de “identidade de gênero”, a autora nos disponibiliza as seguintes especificações:

Expressão de gênero: forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive”. Identidade de gênero: gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (JESUS, 2012, p. 20).

Partindo de tais apontamentos, podemos observar que a expressão de gênero se define na forma como a pessoa manifesta publicamente a sua identidade de gênero, seja por meio do seu nome, vestimentas e outros fatores externos, basicamente é como o indivíduo se apresenta para a sociedade. Enquanto a identidade de gênero indica uma experiência interna do gênero de cada indivíduo, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo, ou seja, basicamente o modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero. Passamos às considerações da autora sobre as definições contidas na

orientação sexual, ou seja, a escolha por quem o indivíduo se atrai afetivamente e sexualmente:

Assexual: pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero. Bissexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero. Heterossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica. Homossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica (JESUS, 2012, p. 23).

Assim, o indivíduo independente do seu sexo, da sua identidade ou expressão de gênero, pode se sentir atraído por homens, mulheres, ambos os sexos ou nenhum deles. Quanto ao transexualismo, Jesus (2012, p. 23) aponta que constitui um termo genérico que classifica o indivíduo que não tem identificação com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento e nos chama a atenção para a necessidade de se a utilização do termo transexual de forma isolada, “pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica”.

A mulher transexual é uma pessoa que nasceu com sexo biológico masculino e que no decorrer de sua vida se identificou com o sexo feminino e reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. E o homem transexual é uma pessoa que nasceu com o sexo feminino e que no decorrer da sua vida se identificou com o sexo masculino e reivindica seu reconhecimento social e legal como homem.

Contudo, as pessoas nessa condição sofrem muito preconceito e discriminação por parte da sociedade, dentre os quais destacamos a transfobia – “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis” – e a “homofobia: medo ou ódio com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais” (JESUS, 2012, p. 31).

Em outras palavras, a transfobia está relacionada a atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas travestis, transexuais e transgêneros. A homofobia se caracteriza por atitudes e sentimentos negativos que algumas pessoas, ou grupos de pessoas nutrem contra homossexuais – homens gays e mulheres lésbicas – e bissexuais. A lesbofobia, por sua vez, constitui o preconceito e/ou discriminação relacionado às mulheres lésbicas como indivíduos, como um casal ou como um grupo social.

A sociedade é orientada por uma concepção de identidades e comportamentos, considerados normais e indivíduos que se afastam dessa concepção são julgados como anormais. Esse comportamento é denominado heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória – a crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal” (JESUS, 2012).

Conforme apontamos anteriormente, as discussões sobre as questões de sexualidade, gênero e diversidade sexual têm ganhado espaço e provocado algumas transformações no campo legislativo quanto à garantia dos direitos das pessoas LGBTQIA+ nas últimas décadas, apesar de verificarmos um significativo aumento de sua violação a partir da instalação de um governo negacionista, homofóbico e misógino em 2018.

Nessa direção, Nardi e Quartiero (2012) nos chamam a atenção para a utilização de forma genérica do termo diversidade sexual, tanto pelos movimentos sociais quanto pelas políticas públicas e, sobretudo, pela educação – no sentido da singularidade e da multiplicidade – para definir o termo diferente referente à diversidade sexual àqueles que não são considerados heterossexuais ou que a identidade de gênero não esteja em conformidade com a linearidade sexo-gênero-sexualidade. Portanto, a heteronormatividade exclui a heterossexualidade do conjunto compreendido pela diversidade sexual, isto é, que todos são naturalmente heterossexuais e, nesse sentido, basta denominar o que não se enquadra neste padrão.

Entendemos que um instrumento para o enfrentamento contra essas concepções – predominantemente discriminatórias e excludentes – pode ser encontrado no desenvolvimento de uma prática educativa para a sexualidade, na medida em que pode contribuir para a desconstrução de padrões hegemônicos e naturalizados do entendimento sobre a sexualidade, por meio da problematização de que os discursos produzidos e difundidos sobre a temática são construções históricas, sociais e culturais no processo de constituição das pessoas. De acordo com Teixeira (2014, p. 41), “uma educação para a sexualidade possibilita, também, o questionamento de certezas e de discursos considerados como únicos e verdadeiros, compreendendo, assim, que as formas de se trabalhar com a sexualidade na escola são múltiplas”.

2.2 Breves Apontamentos sobre a Inserção das Temáticas Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual na Legislação da Educação Brasileira

A diversidade sexual vem ocupando cada dia mais espaço em diferentes segmentos da sociedade, nesse sentido, a escola precisa contribuir para os debates e discussões. Cabe destacar que, historicamente, a educação esteve a serviço da defesa e difusão da ideologia dominante, por meio de currículos e conteúdos que desconsideram as realidades que caracterizam a ampla maioria da população e das diversidades no interior da sociedade.

A violência no ambiente escolar não é uma situação que se encontra apenas na atualidade, vem sendo atravessada por décadas. Todos os tipos de agressões, podendo elas serem físicas, verbais e a discriminação, são situações corriqueiras na escola e acabam refletindo o que uma sociedade machista como a nossa estabelece como parâmetro, sendo este: o aluno branco, heterossexual, de classe média e católico. Sendo imposto assim o “normal” aceito na sociedade.

Na instituição escolar, a homofobia é expressa por agressões físicas e/ou verbais que alunos que não se enquadram na heteronormatividade imposta pela sociedade e refletida no ambiente escolar. No contexto educacional, o termo *bullying*, tem sido utilizado para nomear atos de violência sofridos por alunos(as) na instituição educacional e o termo *bullying* homofóbico tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida por alunas (os) gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Tradicionalmente, os “diferentes”, no desenvolvimento de seu processo de escolarização, têm sido discriminados, desrespeitados, desprezados, excluídos, pois não se enquadram no padrão heteronormativo. O *bullying* com aqueles que afirmam ser de outras orientações sexuais, que possuem identidades incongruentes com o estabelecido para seu gênero biológico é uma ocorrência presente e constante nas escolas. Nesse contexto, os profissionais que atuam na educação precisam dispensar maior atenção para o trato com a questão por meio de medidas e ações educativas para prevenir e reduzir práticas discriminatórias e excludentes no ambiente escolar.

Em dados encontrados por Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011) evidencia-se:

[...] piadas ofensivas a pessoas homossexuais contadas na escola, encontramos que, embora 42 (43,8%) não-heterossexuais tenham apresentado uma atitude de enfrentamento da homofobia, o restante escolheu alternativas que indicavam reações típicas de quem se sente constrangid@ (sic), violentad@ (sic), ou então de quem internalizou e aceitou a homofobia, isto é, acha normal rirem das pessoas por conta de sua orientação sexual (p.728).

Acerca desse caso BORGES & MEYER (2008) consideram que os “[...] comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e do assassinato até a simbólica, em que alguém considera lícito afirmar que não gostaria de ter um colega ou um aluno homossexual”.

Esclarecemos que a importância da presente pesquisa não se restringe ao estudo de sua temática central em si mesma, mas em defesa da autonomia para que a pessoa LGBTQIA+ seja respeitada pela sociedade sem discriminação de sua identidade de gênero e o sexo a que entende pertencer. Além disso, para reconhecimento de que uma pessoa pode ter um gênero atribuído que não corresponde com a sua identidade, decorrente das imposições hegemonicamente naturalizadas pela sociedade e do desamparo da legislação brasileira para assegurar a sua proteção e direitos.

Os dispositivos contidos na Constituição da República Federativa do Brasil (CF), promulgada em 5 de outubro de 1998 visam promover o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, bem como assegurar os direitos individuais e coletivos “à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e a igualdade entre homens e mulheres como preceitos constitucionais invioláveis (BRASIL/CF, 1988, Artigos 3º e 5º).

O Artigo 205 especifica que a “educação é direito de todos e dever do Estado e da família” e deverá ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988, o ensino será ministrado, dentre outros, com base nos princípios: “I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (BRASIL/CF, 1988, Artigo 206).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em 2 de dezembro de 1996, replica e amplia os princípios que orientam o ensino:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - Valorização do profissional da educação escolar; VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - Garantia de padrão de qualidade; X - Valorização da experiência extraescolar; XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - Consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (Incluído pela Lei nº 13.632/2018); XIV - Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (Incluído pela Lei nº 14.191/2021) (BRASIL/LDBEN, Artigo 3º).

Conforme podemos observar nas disposições legais do Artigo 3º da LDBEN/1996, o processo educativo compreende a formação da pessoa humana que se realiza tanto nos movimentos sociais quanto nas manifestações culturais associados às práticas sociais, bem como destaca a liberdade do ensino, da aprendizagem e da pesquisa, tendo em vista colaborar com o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

No entanto, ao analisarmos a realidade que caracteriza a educação brasileira podemos constatar a sua distância e mesmo contrariedade à legislação que a orienta, visto que ao considerarmos os elevados índices de evasão e fracasso escolar em decorrência da não aceitação, desrespeito, discriminação, exclusão e violência praticadas contra as pessoas/estudantes transgêneros, gays, lésbicas e bissexuais (BORGES; MEYER,2008; JUNQUEIRA,2010; DINIS,2011). Portanto, as finalidades especificadas nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não têm sido asseguradas, sobretudo, no que diz respeito à formação para a cidadania e ao desenvolvimento da tolerância recíproca que deve orientar a vida social.

Ressaltamos que as questões relacionadas à sexualidade, identidade de gênero e diversidade sexual não são expressas de forma devida e explícita, o que demanda a necessidade de atenção na leitura, análise e interpretação da legislação. Nesse contexto, entendemos que tais temas e suas imbricações podem ser abordadas na escola e na sala de aula por meio da utilização do currículo oculto²,

² “O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes. O

ressaltando que para Libâneo (2004), o currículo está “oculto” porque “[...] ele não é escrito, não aparece no planejamento, embora se constitua como importante fator de aprendizagem”. pois constitui importante ferramenta para compreender as realidades e necessidades das comunidades local e escolar, contribuindo de forma efetiva para a construção e desenvolvimento de conteúdos para satisfazer as carências de cada unidade escolar. Destacamos as palavras de Sacristán (1998) para apoiar as nossas argumentações:

A acepção do currículo como conjunto de experiências planejadas é insuficiente, pois os efeitos produzidos nos alunos por um tratamento pedagógico ou currículo planejado e suas consequências são tão reais e efetivos quanto podem ser os efeitos provenientes das experiências vividas na realidade da escola sem tê-las planejado, às vezes nem sequer ser conscientes de sua existência. É o que se conhece como currículo oculto (SACRISTÁN, 1998, p. 43).

Reiteramos a importância da recorrência ao currículo oculto para que possamos no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no interior da sala de aula, utilizar diferentes e variadas possibilidades temáticas, educativas e qualitativas, com vistas a responder aos anseios e conflitos vivenciados não apenas no âmbito da escola, mas para além dos limites de seus muros.

Trazemos para uma breve apreciação o Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio, que está em consonância com os princípios do Plano Estadual de Educação da Bahia e com a Resolução CEE nº 137/2019. Onde já no item 4.1 dos princípios gerais, trás a “Valorização dos princípios do respeito aos direitos humanos, à inclusão, à diversidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosa e à sustentabilidade socioambiental e respeito à participação das juventudes.” (DCRBEM, 2022, p. 51)

Na parte dos eixos estruturantes do documento, é apresentada a valorização da diversidade na educação, tendo como componente basilar a educação de qualidade social para todas as pessoas, tendo assim tanto uma educação na diversidade quanto uma educação para a diversidade.

No campo da diversidade de gênero e sexualidades, outro normativo recente que reforça a atuação dos/as educadores/as sobre a questão é a publicação da Resolução CEE-BA nº 45/2020, que dispõe sobre Educação das Relações de Gêneros e Sexualidades, a ser observada pelas instituições públicas e privadas integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Bahia, conforme o art. 2º da referida resolução, que tem como princípios: I. Dignidade humana;

que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações” (SILVA, 1999, p, 78).

II. Laicidade da educação; III. Educação democrática; IV. A equidade de gênero; V. Reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade de gênero e sexualidade; (DCRB, 2022, p. 60)

O Currículo traz um item intitulado “Educação para a diversidade”, onde é feito um convite aos profissionais para exercerem uma reflexão acerca da temática. É exposto também a importância da escola ser um espaço social que integra a diversidade humana e que ela não pode se tornar um ambiente social neutro e que há a necessidade dela exercer e legitimar o seu papel político-pedagógico. O documento também afirma que essa temática e ações para debatê-la no ambiente escolar devem estar presentes nos PPPs, currículos e ações pedagógicas, intencionais e planejados pelo coletivo de toda a comunidade escolar.

Ainda nesse item do documento, é feita uma explanação para a compreensão da educação para as Relações de Gênero e Sexualidade, ressaltando que sexualidade e gênero se referem a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Explica-se ainda os conceitos básicos sobre sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual.

O currículo ressalta ainda a importância da temática no ambiente escolar:

Quando os currículos não dialogam com as temáticas da Educação para as relações de Gênero e Sexualidade, com e entre os sujeitos, as práticas de negação aos “diferentes” são potencializadas, uma vez que deixam de prepará-los/empoderá-los para situações dentro e fora do ambiente escolar, como abusos e violações de direitos expressos nas mais diversas formas de violências morais, psicológicas, patrimoniais, físicas e/ou sexuais contra meninas e mulheres, sobretudo as negras e os grupos LGBTQIA+. (DCRB, 2022, p. 78)

É importante ressaltar que a temática é proposta somente para a 3ª série do Ensino Médio, no componente curricular obrigatório: “Saúde integral”, que visa trabalhar no indivíduo as dimensões física, mental, social e espiritual. De acordo com o currículo, devem ser abordados temas relacionados às identidades de gênero e orientação afetivo-sexual da população, políticas públicas em saúde da população LGBTQIA+ e estudos e intervenções necessárias sobre a violência de gênero da população LGBTQIA+.

De acordo com o discurso oficial propalado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram implementados em 1998 para direcionar os educadores por meio da

normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada área do ensino. Servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais e construir seus respectivos currículos escolares e estão articulados com os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE-2001 a 2010).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que foram elaborados com o objetivo de ser um norteador para os professores, por meio da normatização de fatores que são fundamentais para cada disciplina. Eles orientam o cotidiano escolar tanto da rede pública quanto a privada de ensino e definem que os currículos e conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas uma construção que tem como objetivo a aprendizagem do aluno.

Os PCNs não são documentos engessados para a unidade de ensino seguir, eles são orientadores, que servem principalmente para a construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição, orientando assim na prática diária do professor. O Volume 10.5 dos PCNs/Temas Transversais intitulado “Orientação Sexual”, apresenta como objetivo a promoção de reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, tendo como fim a sistematização da ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, considerando os princípios morais de todos os envolvidos e respeitando os direitos humanos.

Está dividido em duas partes, a primeira justifica a importância de incluir a temática como tema transversal nos currículos e a segunda parte disponibiliza instruções sobre os blocos de conteúdos e os critérios de avaliação. O seu conteúdo foca no desenvolvimento da sexualidade, gravidez indesejada na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e virgindade. Assim, não apresenta abordagens diretas ou indiretas ligadas à temática central da presente pesquisa no que se remete à diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, Altmann (2013) afirma que:

[...] a temática da homofobia ou mesmo da diversidade sexual não foi contemplada ali, tendo esta sido foco de políticas públicas, como o programa “Brasil sem Homofobia”: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, a partir de 2004. Os PCNs se apresentaram como uma proposta curricular sem atenção e investimento na formação profissional, motivo pelo qual foram criticados por instâncias acadêmicas e de militância social. De modo distinto, um dos focos

de intervenção do programa “Brasil sem Homofobia” foi a formação profissional (ALTMANN, 2013, p. 74-75).

Além das inúmeras dificuldades e carências que o professor enfrenta em sua prática cotidianamente, ainda precisa se manter atualizado sobre diversas temáticas dentre as quais destacamos a sexualidade, gênero e diversidade sexual que são pertinentes ao desenvolvimento pleno do aluno por sua própria conta, pois há uma significativa deficiência do Estado em promover e assegurar a oferta e manutenção de cursos de formação continuada. Vejamos as disposições especificadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 1998, p. 303).

No entanto, as realidades vivenciadas pelos professores diariamente nas escolas estão muito distantes do que preconiza os PCNs, pois além da carência de recursos e materiais didáticos de apoio, não há no chão de escola profissionais especializados para lhes dar suporte, não há a oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, ou seja, formação continuada por parte das instâncias de poder responsáveis pela educação, assim, conforme podemos observar no recorte, constitui verdadeiro absurdo transferir para o professor as responsabilidades pelas dificuldades que enfrenta no exercício da docência.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua ordem, de acordo com os seus defensores e partidários, tem por finalidade nortear as atividades educativas em todas as etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A BNCC regulamenta as aprendizagens essenciais que devem ser realizadas nas escolas públicas e privadas, tendo por objetivo nortear os currículos de todos os estados e municípios de nosso país, sob a justificativa de assegurar o direito à aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a Base Nacional Comum Curricular:

[...] é um documento normativo que define o conjunto orgânico progressivo das aprendizagens essenciais e indica os conhecimentos e competências

que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Ela se baseia nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica e soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para formação integral e para a construção de uma sociedade melhor (BRASIL/MEC/BNCC, 2017).

A organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal está disposta na Constituição Federal de 1988, e de acordo com Artigo 210 estabelece que: “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL/CF, 1988). O Título IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por sua vez, reafirma as disposições legais contidas na CF de 1988 ao definir as responsabilidades e competências da União, distrito federal, estados e municípios para a organização dos seus respectivos sistemas de ensino.

Em junho de 2015 foi realizado o I Seminário Interinstitucional para a elaboração da Base Nacional Curricular (BNC), sendo publicada a Portaria MEC n. 592/2015, que instituiu a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e disponibilizada a sua primeira versão no mês de setembro do mesmo ano. As discussões prosseguiram, contando com a participação de mais de nove mil integrantes de todos os níveis de ensino de escolas de todo o país, sendo disponibilizada para consulta em maio de 2016 a segunda versão.

Entre os meses de junho e agosto de 2016 foram realizados vinte e sete Seminários Estaduais – promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) – com a participação de professores, gestores e especialistas da educação para discutir a segunda versão. Ainda no mês de agosto a terceira versão começou a ser redigida com base na versão anterior. Em abril do ano seguinte o Ministério da Educação enviou a versão final da BNCC – Educação Infantil e Ensino Fundamental – para elaboração de parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo homologada em 20 de dezembro de 2017.

No transcorrer dos meses março e abril de 2018 ocorreram os debates da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio com base na versão homologada pelo MEC. Escolas públicas e privadas de todo Brasil – de acordo com as informações disponibilizadas pelo MEC – num esforço conjunto se reuniram para

discutir e contribuir com a BNCC do Ensino Médio, resultando em sugestões para melhorar o documento. Aos 14 dias do mês de dezembro de 2018 a Base Nacional Comum Curricular para esta etapa da Educação Básica foi homologada pelo MEC.

Entretanto, o Ministério da Educação desconsiderou boa parte do trabalho realizado pelos profissionais da educação, pois alterou inúmeros conteúdos de forma impositiva e autoritária. Passagens que especificavam que a orientação sexual de cada pessoa teria que ser respeitada por todos e o termo gênero, por exemplo, foram excluídos do documento; violando veementemente os direitos das pessoas LGBTQIA+. Foram preservados apenas pressupostos gerais “como o respeito, a abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos” (TOKARNIA, 2017, p. 1).

As alterações realizadas pelo MEC resultaram na imediata reação de diversos setores da sociedade brasileira. À época, o presidente do Conselho Nacional de Secretários Educação (CONSED) Antônio Idilvan de Lima Alencar – atualmente deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) – afirmou ser um grande desrespeito a todo o trabalho que foi realizado pela sociedade e trabalhadores da educação. Nas palavras do então secretário do CONSED: “retirar o debate da orientação sexual e da identidade de gênero mascara a situação real que existe na escola hoje. Uma das causas do abandono é a homofobia. Quando se retira isso da BNCC, afasta-se do mundo real, é muito grave” (TOKARNIA, 2017, p. 1).

Daniel Tojeira Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2006-2020) – quando da homologação da BNCC pelo Ministério da Educação, manifestou a sua insatisfação e repúdio sobre as alterações realizadas no documento, que deveria estar alinhado à Constituição Federal de 1988 quanto à garantia dos direitos iguais para todos e complementou ser totalmente inaceitável a exclusão da expressão orientação sexual, bem como a retirada da discussão acerca das questões de gênero. Ainda de acordo com Daniel Cara, “a escola tem missão de garantir que na sociedade todos respeitem todas as formas de identidade e que não colocar essa questão na BNCC significa que não vão refletir sobre um país que é machista, misógino, homofóbico. É um recuo grave” (TOKARNIA, 2017, p. 1).

A jornalista Torkania (2017, p. 2) denuncia ainda que a versão disponibilizada pelo MEC após a realização de suas alterações, que houve mudança no trecho que

destaca que “os sistemas de ensino devem incorporar aos currículos alguns temas como ‘sexualidade e gênero’, mas a versão final restringiu-se ao termo ‘sexualidade’; a versão original incluía também a necessidade de acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados na identidade de gênero e orientação sexual. A última versão traz apenas ‘diferença de gênero’”.

A retirada de tais termos/expressões da BNCC construída por alguns segmentos da sociedade e, em especial, por professores, gestores e especialistas da educação pelo Ministério da Educação – reiteramos, de forma impositiva e autoritária –, provocou uma desconexão com a realidade vivida pelos professores e estudantes nos âmbitos da escola e da sala de aula, que constituem os espaços em que se realiza a formação social da pessoa humana, fundamental para a construção de sua cidadania. A exclusão das questões sobre orientação sexual e de gênero era reinvidicação antiga de setores conservadores do Congresso Nacional e foi plenamente atendida pelo atual governo e seus partidários.

Os setores conservadores da sociedade brasileira desrespeitam e violam sistematicamente os direitos constitucionais, na medida em que exprimem “um modelo de humanidade que nega a diversidade e reforça um determinado padrão de humano: ocidental, cristão, branco, masculino, cisgênero, de classe média, adulto, urbano, sem deficiência e com uma orientação heteronormativa e cisnormativa” (CONAE, 2018). É urgente a necessidade de se promover a desconstrução de concepções homogeneizantes e conservadoras de que a diversidade representa um problema, quando em realidade deve constituir um dos principais pilares da experiência humana e da emancipação social.

Reafirmamos que o protagonismo e a atuação de grupos minoritários, como o LGBTQIA+ e os movimentos coletivos muito têm contribuído para a educação do indivíduo. Esses movimentos são constituídos por sujeitos em movimento, estando os professores inseridos nessa categoria e responsáveis por promover as discussões e debates sobre as questões da democracia, direitos humanos, justiça, inclusão social, inclusão educacional, sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero. Para tanto, as instâncias de poder que regulam e regulamentam a educação têm o dever de disponibilizar para estes profissionais capacitação, aperfeiçoamento, formação contínua.

No espaço escolar, para além da escolarização formal, também aprendemos e exercitamos princípios e valores que farão parte de nossas vidas em toda a sua extensão. Nesse sentido é que se faz necessário a formação para o respeito ao outro, para o respeito ao “diferente”. Reiteramos que as questões sobre sexualidade, identidade sexual e diversidade sexual precisam fazer parte da rotina escolar, contudo, a realidade que se verifica em nossos dias no interior das unidades escolares caminha na direção contrária, conforme atesta os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que aponta que mais da metade das escolas de Ensino Médio em nosso país, não realizam/desenvolvem projetos sobre as questões machismo e homofobia.

O Relatório Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2018) aborda o respeito à diversidade e aos direitos humanos contra toda forma de discriminação. Apresenta pontos que precisam ser explanadas, como a necessidade de as questões curriculares serem articuladas para combater o racismo, sexismo, homofobia, discriminação social, cultural, religiosa, prática de *bullying* entre outras formas de discriminação no ambiente escolar, bem como a ampliação do debate e a promoção da diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual em oposição ao documento final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Eixo V do Relatório (Planos Decenais, SNE e Educação e Diversidade: Democratização, Direitos Humanos, Justiça Social e Inclusão), destaca a importância de uma atuação ativa “dos movimentos sociais e as ações coletivas nos diversos espaços da vida política, econômica, cultural e social no que se refere a igualdade de direitos, garantia aos direitos básicos, dos direitos humanos, da solidariedade” (CONAE, 2018, p. 103). Ressalta também que é preciso “compreender a pobreza, miséria, racismo, sexismo, LGBTfobia e todo e qualquer tipo de discriminação, violência, intolerância, devendo ser discutidos e incluídos em documentos oficiais “para uma mudança positiva da sociedade” (CONAE, 2018, p. 103). Para tanto, se faz urgente:

- a) Garantir cursos continuados para propor inclusão de qualidade e com compromisso, havendo sintonia ampla entre todos os professores envolvidos no processo ensino e aprendizagem;
- b) Democratização dos direitos sociais foram conquistados pelas reivindicações por meio de diretrizes, buscando a clara utilização de forma plena as regras;
- c) Os avaliadores do PNE, multidisciplinar, estejam ligados diretamente com a educação em todas as esferas, para entender e participar de todas as áreas da educação;
- d) Garantir recursos mínimos constitucionais específicos e significativos para a

Educação e Diversidade; e) Assegurar o atendimento especializado no ensino regular com recursos e profissionais capacitados; f) Assegurar mediante políticas o atendimento itinerante para PCDs na educação; g) Ampliar a acessibilidade na escola (CONAE, 2018, p. 103-104).

Contudo, há a necessidade da “implementação de políticas públicas que garantam o direito à diversidade em articulação com os direitos humanos, a justiça social, a inclusão, os direitos culturais e linguísticos implicam a implementação de ações e políticas setoriais e intersetoriais” (CONAE, 2018, p. 18). Essas políticas entendidas como de “ações afirmativas” objetivam a superação de desigualdades que acontecem com significativa incidência histórica em determinados grupos “invisibilizados”, como os aqueles que integram o Movimento LGBTQIA+. Tais políticas são de caráter emergencial transitório, passíveis de avaliação sistemática e em tese somente poderiam ser extintas desde que comprovada a superação das desigualdades que as originaram. Todavia, não é o que verificamos na prática política em nosso país desde 2016.

De acordo com os relatórios finais das Conferências Nacionais de Educação dos anos de 2014 e de 2018, as questões de gênero e a diversidade deveriam estar relacionadas nos planos estaduais, municipais e distrital de educação, com vistas a promover efetiva consolidação das políticas públicas voltadas para uma educação inclusiva, garantindo assim a promoção dos direitos humanos em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024).

Salientamos que para que as políticas de educação destinadas às “minorias” se realizem e desenvolvam de forma eficaz é fundamental uma articulação entre os planos e projetos de diferentes áreas do conhecimento e da sociedade, com vistas a promover a oferta de uma educação inclusiva e de boa qualidade, bem como a disponibilização de cursos de aperfeiçoamento e formação continuada para os profissionais da educação, sobretudo, para professores que atuam em sala de aula nos diferentes níveis de ensino.

Nessa direção, o documento final resultante da CONAE (2018, p. 117) orienta e reivindica que as Instituições de Ensino Superior (IES), que ofertam a formação acadêmica para os profissionais da educação devem cimentar o caminho em direção à “emancipação trazida pelas discussões e lutas mais radicais pela defesa da democracia e considerando tais questões, afirma a importância de reincluir na BNCC as questões de gênero retiradas de forma arbitrária na edição da terceira versão”.

3 O PROCESSO ACADÊMICO-FORMATIVO DO PROFESSOR PARA UMA CONSCIÊNCIA ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade é formada por indivíduos únicos, singulares e plurais ao mesmo tempo. Mas esses são distintos no modo de sentir, agir, existir, pensar e ser no mundo, que é o ambiente de convivência com outras pessoas que se diferem nas mais diversas características físicas, morais, psicológicas, de valores e histórias de vida. Contudo, nesse contexto repleto de diversidades, alguns indivíduos “diferentes” são colocados à sua margem e coibidos do pleno acesso aos direitos fundamentais e aos bens materiais e culturais (MANTOAN, 2003).

Mais uma vez destacamos que entre os marginalizados pela sociedade estão as pessoas que constituem o movimento político e social LGBTQIA+, vítimas de preconceitos e discriminações nos mais diversos espaços na contemporaneidade, inclusive no espaço escolar. Conforme apontamos anteriormente, os debates sobre sexualidade, identidade de gênero e diversidade sexual é relativamente novo, remete as suas origens aos anos finais da década de 1960 (STONEWALL INN/EUA³) e o seu aprofundamento à década 1990⁴.

3.1 A Necessidade de Compreensão sobre as Questões que envolvem a Diversidade Sexual no Interior da Sociedade: Homofobia Não!

O processo de ensino-aprendizagem envolve professores e alunos em constante interação no ambiente escolar, que compreende conteúdos tanto do currículo escolar oficial, quanto do currículo oculto, como sociedade, política, economia, cultura, diversidade étnica e humana, diversidade sexual, identidade de gênero, homofobia, misoginia, racismo dentre outros. Esses temas estão cada vez mais presentes no ambiente escolar, no entanto, a cultura escolar brasileira é caracterizada pelas dificuldades de aceitação de temas que não integram o currículo oficial.

³ A Revolta de Stonewall se tornou o marco mais representativo das lutas pelos direitos LGBT. Em 1969 os frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova York decidiram se rebelar contra a opressão policial que frequentemente assolava o público do lugar, dando início ao movimento em defesa dos direitos LGBT nos Estados Unidos e no mundo (FERNANDES, 2019, p. 2).

⁴ A repressão à liberdade sexual e às violações por questões de gênero, orientação e identidade, foram motivações para que os movimentos sociais passassem a integrar os chamados movimentos transnacionais a fim de dar visibilidade às suas causas e provocar uma ruptura nos padrões opressores (GONZAGA, 2019, p. 2).

À grosso modo, o espaço escolar é associado a imagens de democracia, direitos, acolhimento, igualdade, acesso ao conhecimento, conforme destacamos anteriormente. Todavia, o reconhecimento da realidade não decorre exclusivamente da aquisição de informações e conhecimento técnico ou da interiorização de conteúdos. O ambiente escolar é vivenciado em seu cotidiano diariamente e as práticas que o condicionam se transformam em aprendizado. No entendimento de Fabretag (2005, p. 230), a educação tanto em ação social quanto em ação cultural, “resulta sempre em uma ação simbólica. Negar o símbolo da ação educativa a privaria de um elemento essencial”. Junckes e Silva (2009), por sua vez, argumentam que no espaço escolar:

[...] os alunos relacionam-se, apaixonam-se, desenvolvem afetos bons e ruins, admiração, repulsa, formam caráter e organizam muitos outros elementos que servem de base para a vida adulta cidadã. O espaço escolar é, portanto, muito mais do que um local onde se “adquire” conhecimento técnico e se é preparado para o trabalho; mais que isso, ele é componente da existência das pessoas durante boa parte de sua vida. Assim, o espaço escolar é complexo, é tanto produtor de significados como é também produzido por eles (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 151).

No entanto, a escola e os professores, em termos gerais, não estão instrumentalmente preparados para debater e trabalhar abertamente. Por exemplo, a questão da sexualidade ou da diversidade sexual com os alunos, uma vez que “apresentam muita dificuldade no trato da orientação sexual e gênero, mostrando-se muitas vezes perdidos e inseguros diante das cenas que não estão presentes em seus manuais” (GROSSI, 2005, p. 53).

A sexualidade é elemento presente no ambiente escolar e tem engendrado diversos questionamentos acerca da propriedade dos professores para elaborar estratégias e procedimentos com vistas a superar atitudes e ações de discriminação contra a diversidade sexual. Cabe ressaltar que os professores e demais profissionais que atuam na escola são pessoas humanas que têm os seus princípios e valores morais, bem como posições ideológicas próprias e, em muitas situações, praticam ações discriminatórias. Assim, a necessidade de formação especializada e contínua se faz urgente, tendo vista o enfrentamento ao preconceito e discriminação tanto no espaço escolar quanto no interior da sociedade.

O espaço escolar é um ambiente propício para a discussão sobre a diversidade sexual, fundamental para que os estudantes obtenham informações sobre a temática para que tenham os devidos instrumentos para que possam aceitar e se

aceitarem no que diz respeito à sexualidade e a identidade de gênero na perspectiva de combater a homofobia e o *bullying* para com os “diferentes”. Segundo PocaHy (2009), a homofobia é gerada pelos sentimentos de aversão e ódio relacionados aos homossexuais, bem como a todas as outras manifestações das sexualidades não hegemônicas. Louro (2000) de sua parte enfatiza que:

[...] a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (LOURO, 2000, p. 22-23).

A homofobia e o *bullying* na escola geram efeitos negativos sobre os estudantes, pois os processos de construção dos indivíduos e de identidades heterossexuais ocasionam e sustentam o sexismo e a homofobia, sobretudo, entre os estudantes do sexo masculino, na medida em que o outro se traduz em mulher ou *gay*. Em outras palavras, tais questões repercutem diretamente na sociedade e contribuem para a formação de indivíduos que respeitam ou não as diferenças e as individualidades de cada um.

Algumas famílias produzem e propagam discursos de ódio relacionados àqueles que não estão contidos no padrão heterossexual estabelecido pela sociedade e a escola pode contribuir para a desconstrução do entendimento que o aluno reproduz com base no que aprende em casa. O mais importante mediador para a uma nova construção é o professor em sua conduta e prática cotidiana em direção à aceitação e respeito, pois do mesmo modo que a criança e/ou o adolescente reproduz na sociedade o que lhe é ensinado em casa, também reproduz o que aprende no ambiente escolar.

Assim, os professores desempenham importante papel no processo formativo e na vida do estudante, uma vez que além de mediar a aprendizagem formal, os professores representam exemplos concretos de identificação sexual dos seus alunos, pois do mesmo modo que os pais, compartilham verbal ou não-verbalmente, informações sobre a sexualidade (BRAGA, 2002). De acordo com Figueiró (2006) a atuação do professor em sala de aula:

[...] não é tão simples como possa parecer, e que não basta ter recebido uma “preparação” prévia – para alguns, não basta nem mesmo estar num grupo de “assessoria”, em que se pode contar com supervisão e apoio [...] quando o professor tenta dar início a uma prática, vários fatores dificultadores entram em jogo – ao que parece, a maioria deles de caráter emocional, mesmo

quando a dificuldade parece ser apenas técnica, relacionada à escolha de estratégias de ensino (FIGUERÓ, 2006, p. 27-28).

Podemos verificar, portanto, que muitos fatores influenciam na condução do assunto por parte dos professores e que não basta uma formação precedente, pois conforme já afirmamos os professores são pessoas humanas que têm os seus princípios e valores morais, bem como posições ideológicas próprias e, por vezes, praticam ações preconceituosas e discriminatórias, características de seu meio familiar e social. Nessa direção, Braga (2002, p. 82) argumenta que “a escola, querendo ou não, interfere na construção da sexualidade de cada aluno. A sexualidade está presente também na escola, isso não se pode negar”. A observação de que a escola também promove o preconceito e a discriminação, que o processo de ensino e aprendizagem reproduz as desigualdades, demandaram do Ministério da Educação a necessidade de discutir, refletir e construir novos caminhos de fundamentação feminista e não sexista ou homofóbica. Todavia, as discussões e reflexões:

[...] não resultaram na plena incorporação e explicitação dos temas nos documentos de política educacional. Os cadernos de Temas Transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, publicados pelo MEC em 1998, são, ainda hoje, a única referência oficial de tratamento das temáticas relativas a gênero no campo educacional (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 152).

A apreensão da conexão entre a sexualidade e os demais segmentos da vida social, econômica e política não é tarefa fácil de ser realizada, especialmente no ambiente escolar, que se caracteriza por sua proposição de educação simbólica, tanto como objeto de estudo quanto como agente de construção da sexualidade (FABREGAT, 2005). Contudo, não podemos deixar de apontar que a escola tem significativa aptidão para promover ações pedagógicas e práticas de vivência dos direitos humanos.

Tal perspectiva aumenta os desafios de inclusão e de cidadania para a comunidade escolar, em especial, para os professores. Apesar da evidente necessidade pelo reconhecimento da sexualidade como aspecto importante para a construção de uma democracia plural, verificamos na realidade de nosso país uma substancial deficiência na formação acadêmica no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e habilidades para o acolhimento e tratamento de temas relativos a gênero e sexualidade.

A escola exerce, historicamente, a formação das pessoas para viverem segundo normas sociais e, nesse sentido, realiza tanto a construção de “pessoas normais” quanto expõe e exclui as “pessoas não normais”. Nesses trilhos, Louro (1997) argumenta que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “luar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazendo sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (LOURO, 1997, p. 58).

As concepções que os professores formam a respeito da diversidade sexual influenciam na desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias, que podem acontecer no interior do espaço escolar e resultar na prática de violências homofóbicas que se refletem na sociedade. Assim, o silenciamento ou a negação de um debate acerca das múltiplas identidades sexuais e de gênero podem contribuir de forma significativa para enaltecer os preconceitos sutis ou manifestos nos meios sociais de convivência. É importante reiterar que a escola enfrenta dificuldades para lidar com as diferenças, visto que:

Ao longo de sua história, a escola brasileira (e por escola, daqui em diante, pretendo referir-me também a seus currículos, lato sensu) estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”); todos aqueles/as que não se sintonizassem com os arsenais cujas referências eram e ainda são centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” (JUNQUEIRA, 2010, p. 211).

Maia (2009, p. 286-287) – concordando com afirmações de Junqueira –, aponta que a comunidade escolar em boa parte das vezes opta por ignorar ou se omitir “diante do preconceito e da violência inerente a tais padrões, o que reforça a discriminação e impede a inclusão social de todos”. Esses fatos ocorrem em razão da deficiência de formação dos profissionais de educação, que frequentemente não são/estão preparados para trabalhar com determinadas situações ou porque acreditam que se omitir diante de episódios de discriminação e de preconceito sofridos pela população LGBTQIA+ no ambiente escolar é uma maneira de preservar a normalidade e manter valores e comportamentos hegemônicos, deixando assim de cumprir seu papel social que é o de incluir todos os indivíduos.

Porém, mesmo fugindo da realidade da educação brasileira, a escola “é uma das instituições sociais responsáveis por transmitir, além dos conteúdos formais, valores” (ROSA JUNIOR; LOURINHO, 2017, p. 208), cujo dever é o de delinear posturas de valorização e respeito à diversidade e aos direitos humanos, de cidadania, empatia, inclusão e incentivar os estudantes a construir opiniões e defender posicionamentos que são críticos e contrários às posturas conservadoras e hegemônicas da nossa sociedade atual. Se faz necessário reconhecer que a educação escolar:

[...] como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento (BRASIL, 2007, p. 9).

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (2012) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), afirmam que a educação deve contribuir para promover e valorizar as diversidades para a erradicação das discriminações, sendo elas de ordem étnico-racial, religiosa, socioeconômico, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras. Observando esses pontos, podemos afirmar que a escola tem o papel fundamental de debater acerca das temáticas que perturbam de alguma forma a sociedade. Nesse sentido Louro (2004) argumenta que:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p. 27).

De forma equivocada, algumas pessoas ainda acreditam que o convívio com a comunidade LGBTQIA+ tem o poder de influenciar ou incentivar a postura de outros indivíduos, podendo assim fazer com que adotem essas identidades. Sendo a escola uma pequena amostra da sociedade, esse equívoco de comportamento também está presente nesse ambiente, caracterizado pelo despreparo e a ausência de conhecimento da comunidade escolar, que por vezes, nega o diálogo e a discussão relacionados à diversidade sexual e de gênero, pois acreditam que esses debates devem estar presentes apenas no ambiente externo a escola.

Também é frequente a influência de determinados grupos sociais que não aceitam a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, pois acreditam que essas discussões que envolvem a temática representam “uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo” (MISKOLCI, 2007, p. 105).

Assim, a escola acaba por reproduzir o desrespeito e fomentar a intolerância ao que foge da normalidade, desconsiderando o direito ao acesso, permanência e sucesso escolar dos indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIA+. Nessa direção, Souza (2015, p. 2013) complementa que “a homofobia, o sexismo e o racismo são preconceitos operantes nas relações sociais no interior da escola”, logo, há a “necessidade de erradicá-los através da promoção de valores democráticos – pautados pelos direitos humanos, de uma cultura de paz e de respeito à diversidade humana e cultural”.

Lins, Machado e Escoura (2016, p. 101-102), por seu tempo, esclarecem que “a escola é parte de uma sociedade em que há extrema desigualdade de gênero; portanto, se não defender uma proposta pedagógica de intervenção nessas questões, ela somente reproduzirá injustiças, violências, discriminações, exclusões e marginalizações”.

3.2 Formação Inicial e Continuada para Professores sobre Diversidade Sexual no Brasil

É na graduação licenciatura que o estudante é formado para lecionar e é essencial entendermos que essa formação não pode ser compreendida como algo acabado e isolado. A formação inicial do professor se justifica pela necessidade de qualificação profissional para exercer a profissão docente. La Torre e Barrios (2002, p. 14) esclarecem que formar é “ajudar a tomar consciência das próprias atuações e como melhorá-las”. O indivíduo quer ser professor, com frequência tem alguma bagagem que o faz seguir para o caminho da docência. Na perspectiva de Martins (1999):

[...] o conceito de formação assume-se como uma garantia de estabilidade socioeconômica na medida em que fornece ao indivíduo, os instrumentos necessários para a sua inserção num novo mundo de trabalho, ao mesmo

tempo que lhe atribui um estatuto socioprofissional, importante para o equilíbrio pessoal do indivíduo (MARTINS, 1999, p. 30).

Dessa forma, o indivíduo passa a ter uma visão não somente voltada para a preparação do desempenho de uma função, mas passa a enxergar a formação como uma realização pessoal e uma possibilidade de autonomia financeira. A formação é um percurso pelo qual o indivíduo aprende e desenvolve habilidades inerentes à sua prática. Assim, a formação deve ser vista não só como habilitação para a prática docente, mas também como forma de preparação para conhecimentos específicos da profissão que possibilite refletir sobre as suas práticas.

Pensar na formação do professor é refletir sobre as muitas formas de expandir seu conhecimento inicial, fazendo uma análise crítica e pensando principalmente em analisar e propor mudanças que são necessárias para os seus conhecimentos e práticas. Em geral, o processo de formação de docentes apresenta três características estruturais que, segundo Ferry (1987, p. 38), “surgiram do contexto histórico-cultural da formação de professores. Primeiro porque o trabalho do professor exige, por um lado, uma formação científica, literária e artística e, por outro, uma formação profissional, podemos dizer, que é uma *‘formation double’*”.

Baseando-se nessa possível bipolaridade, os programas de formação de professores tendem a reduzir uma ou outra dimensão ou sobrepôr uma a outra, o que é fundamental, pois dela depende a relevância dos aspectos didáticos ou pedagógicos a serem transmitidos. O professor passou de um teórico reproduzidor de conhecimentos e monitor de programas pré-estabelecidos pelas instituições de educação – que o tornava um consumidor de currículos – para um instrumento chave no processo de ensino e aprendizagem, e sem a sua participação nesse processo não é possível ocorrer qualquer transformação significativa na educação.

No entendimento de Pacheco (1999, p. 45), “o professor é um profissional dotado de saberes, conhecimentos e competências cuja função está dimensionada num contexto social e a sua atuação concretizada num contexto sociocultural, institucional e didático”. Assim sendo, o professor é o mediador responsável para que o aluno aprenda além do que está estipulado no currículo, bem como compartilhar uma visão social, política e cultural para os alunos.

A formação inicial possibilita a construção de saberes que devem ser passados para os alunos, mas embora isso seja a base, não é o suficiente, os

professores são pessoas que devem “ajudar a construir o *habitus*, não em circuito fechado, mas na medida de uma interação entre a experiência, a tomada de consciência, a discussão, o envolvimento em novas situações”, sendo este o momento que se inicia a aprendizagem por meio de experiências (PERRENOUD, 1993, p. 109).

De acordo com Canário (1991, p. 54) “a formação de professores foi durante muitos anos entendida como sendo apenas o processo de formação inicial”. Mas como já foi dito anteriormente, o processo de formação do professor não é único e deve estar em constante movimento, pois a sociedade está em movimento, sendo seu papel acompanhar essas mudanças e estar preparado para tanto.

Pacheco e Flores (1999, p. 51-52) apontam que o “itinerário formativo” do professor é composto por três etapas, que estão diretamente relacionadas com a formação inicial, a iniciação ao ensino e a formação contínua. O estudante que conclui o curso de Pedagogia é habilitado para lecionar na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. O estudante também pode optar por uma formação nos cursos de Matemática, Letras, História, Geografia, Biologia, Física, Química, que lhe habilita a atuar no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A iniciação do ensino, constitui a formação do professor em sala de aula no exercício de sua função, onde aprende com a sua experiência cotidiana e, finalmente, a formação continuada que pode acontecer por cursos sequenciais, cursos de curto período, pós-graduação, dentre outros. A formação continuada ou formação ao longo da vida docente representa uma renovação dos saberes, por meio da qual o professor adquire recursos para superar desafios em sua trajetória profissional, pessoal e social, com vistas a se adequar, por exemplo, aos novos modelos e recursos didáticos e técnicos em sua prática profissional.

Nesse contexto, a escola é essencial para que o aluno se sinta inserido nessa nova realidade em que a sociedade se encontra e muitas vezes, somente a formação inicial do professor não é suficiente para apresentar aos alunos essas novas e rápidas mudanças que vem acontecendo no mundo, como uma visão geral. Segundo Nóvoa (2003, p. 23) “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Romanowsky (2009) acrescenta que:

[...] a formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em *continuum*,

iniciada com a escolarização básica, que de pois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho (ROMANOWSKI, 2009, p. 138).

Realizados os esclarecimentos sobre a formação geral – graduação licenciatura – incorporamos a temática central desta pesquisa e sua importância no processo formativo do professor tanto inicial quanto continuada. Entendemos que é preciso promover a inserção nos cursos de formação inicial de professores dos temas direta e indiretamente ligados à sexualidade, à diversidade sexual, à identidade de gênero, dentre outras para que o futuro professor tenha condições para construir estratégias para confrontar o currículo heteronormativo vigente em nosso país.

Os cursos de graduação licenciatura oferecidos nas Instituições de Ensino Superior no Brasil raramente contemplam as temáticas sexualidade, gênero e diversidade sexual, considerando que as IES gozam de significativa autonomia para a definição de currículos e conteúdos distintivamente da Educação Básica. Altmann (2013) argumenta que se de uma parte a autonomia universitária permite que professores receptivos à temática ofereçam disciplinas mais específicas aos seus alunos, de outra parte, propicia para uma quantidade substancial de outros professores e demais profissionais finalize a sua formação em nível superior sem ter tido qualquer contato com essas temáticas. A autora complementa que:

[...] as frequentes mudanças de foco em relação a que aspecto da sexualidade é mais ou menos importante em cada momento histórico, parece impor desafios à formação profissional nos cursos universitários, os quais precisam encontrar maneiras de lidar com a não fixidez do conhecimento e das suas dimensões políticas e sociais (ALTMANN, 2013, p. 79).

A característica dilacerante da temática vem conduzindo vários segmentos da sociedade a mobilizar-se em direção à realização de eventos – acadêmicos ou não – é a oferta de cursos tanto de formação continuada quanto de especialização e a pesquisas em nível de mestrado e doutorado. As experiências acumuladas no exercício da profissão docente e a formação continuada podem contribuir para que o professor dê novo significado à sua prática docente cotidiana, por meio de cursos como “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) disponibilizado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) em convênio com as universidades públicas brasileiras, “Gênero e Sexualidade na Educação” oferecido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e os cursos do “Programa Brasil sem Homofobia”.

Entretanto, com a “instalação” de um governo conservador, machista, autoritário, homofóbico, misógino e completamente descompromissado com as questões sociais, passamos a sofrer um retrocesso histórico inimaginável na garantia dos direitos de nosso povo. O golpe político que deu início à desconstrução do país, iniciado com os questionamentos de irregularidades no pleito eleitoral de 2014 por parte do então candidato à presidência da república Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se desdobrou em um “golpe de Estado” substancialmente apoiado pela elite brasileira em 2016 e, por consequência, resultou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Essa sequência de fatos políticos promoveu um sistemático e pleno desmonte das políticas sociais, dentre elas a educacional, ambiental, de saúde, de assistência social, de habitação etc. Nas palavras de Jakimiu (2021):

[...] a partir do ano de 2015 o contexto social e político marcado pelo *golpeachment*⁵ da Presidenta Dilma Vana Rousseff passa a ser demarcado por um projeto educacional ancorado e em diálogo com a agenda política neoliberal conservadora, que não só desconsidera todo caminho de luta e de garantias de direitos percorridos até então, como acaba por culminar na extinção da SECADI banalizando e apagando a memória histórica dos sujeitos para os quais as ações e programas da SECADI destinavam-se (JAKIMIU, 2021, p. 116-117).

A extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) foi oficializada com a publicação do Decreto n. 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Para além da extinção da SECADI, o “governo avesso” passou a defender o “método fônico” para alfabetização, esvaziou os conselhos de participação social, propôs o ensino domiciliar e a criação da subsecretaria de fomento às escolas cívico-militares, bem como passou a atacar os investimentos do Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação (FUNDEB). Jakimiu (2021) destaca que por meio de mensagem publicada no *Twitter*, o atual ocupante da cadeira presencial não demonstrou qualquer:

[...] constrangimento com a extinção da SECADI, pelo contrário, evidencia claramente os preceitos de sua agenda neoliberal em consonância com o Estado Mínimo ao deixar claro o objetivo de “formar para o mercado de trabalho” e ao manifestar sua concepção de que o “foco” do governo anterior (pautado na garantia dos direitos humanos e para a diversidade) estaria

⁵ Neologismo formulado por Paulo Kliass, que evidencia “a imposição de uma nova configuração de Estado, de caráter conservador e autoritário, com um crescente fechamento democrático. É um Estado submetido aos interesses do financismo, nos marcos de uma exacerbação de neoliberalismo, com um amplo retrocesso no campo dos direitos sociais e trabalhistas que remontam a um Brasil de 80 anos atrás, um Brasil pré-Vargas” (CARVALHO, 2017, p. 1).

associada à formação de “mentes escravas das ideias de dominação socialista” (JAKIMIU, 2021, p. 129).

De acordo com matéria publicada pelo O POVO Online (2019, p. 1), “durante a corrida presidencial, Bolsonaro já demonstrava ser contrário a políticas específicas para grupos vulneráveis, classificando esse tipo de ação como ‘coitadismo’”. O “coitadismo”, mencionado por Jair Bolsonaro, estaria associado a um comportamento de autovitimização dos sujeitos. De acordo com Bolsonaro “tudo é coitadismo: coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense” e no entendimento do mesmo é preciso acabar com “isso” (MARINE, 2018, p. 1).

Na concepção de Giroux e Figueredo (2020, p. 16), Bolsonaro se utiliza de um recurso amplamente aplicado à sua campanha eleitoral, assim como em seu governo; um recurso de criminalização dos discursos e ações “à resistência e à luta dos oprimidos. Os rótulos são usados para travar a guerra ideológica: ‘comunistas’, ‘radicais de esquerda’, ‘sindicalistas’, ‘vândalos’”.

As palavras e posicionamento de Bolsonaro, além da discriminação e desprezo com a população brasileira, reafirmam o seu alinhamento com as determinações da política econômica neoliberal. Assim, não se remete apenas a retrocessos e retirada da garantia dos direitos do povo brasileiro, mas de medidas e ações para demolir as forças produtivas, defender e garantir as condições requeridas para a reprodução do capital.

A dissipação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão não se limitou apenas a uma alteração formal “com pouco ou nenhum impacto na realidade objetiva da educação brasileira”, muito pelo contrário, pois se dirigiu:

[...] às populações vulneráveis, com as quais o Estado brasileiro tem uma inestimável dívida histórica. Isto, por consequência, ameaça o próprio direito à educação, uma vez que estas populações, ausentes de políticas públicas, tornam-se alvos preferenciais da evasão escolar e do baixo rendimento (PONTES, 2019, p. 1).

Apesar de suas carências e fragilidades, decorrentes da “insuficiência de orçamento, pessoal, regulação, acompanhamento, participação, avaliação” desempenhava papel de significativa relevância em busca de “assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social”. Nessa direção, não é possível desconsiderar a importância do curso “Gênero e Diversidade na Escola” destinado à formação continuada para

professores da Educação Básica de escolas públicas brasileiras, centrado na discussão de temáticas como sexualidade, gênero, diversidade sexual, raça e etnia. Não poderíamos deixar de destacar que o objetivo do curso visava o fortalecimento do exercício da profissão docente e demais profissionais da educação enquanto:

[...] promotores/as da educação e cultura de respeito à garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja apenas um instrumento de reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira (HEILBORNE; ROHDEN, 2009, p. 12).

O curso Gênero e Diversidade na Escola por ser ofertado na modalidade a distância (ou semipresencial) proporcionou a formação de um quantitativo significativo de professores da Educação Básica, também em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), ao considerarmos que a sua realização ocorria por meio da Plataforma *Moodle*. Rossi et al. (2012) argumentam que a utilização da tecnologia para a formação a distância é:

[...] fundamental em um país como o Brasil, no qual as distâncias são enormes e as diferenças regionais também. Os locais em que inexistem Centros de Formação das Universidades, devido às contingências geográficas/políticas e sociais do país, puderam ser contemplados a partir do uso da plataforma. Esta é uma alternativa que fascina, tanto pelo contato com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ao alcance da maioria dos professores/as, como pela temática abordada, atual, legítima e também causadora de estranhamento (ROSSI et al., 2012, p. 13).

Não poderíamos deixar de ressaltar que o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ultrapassando os limites do debate, discussão, problematização e construção de atividades, produção literária sobre a sexualidade, identidade de gênero e diversidade sexual, dentre outras temáticas, se debruçou sobre a pesquisa, análise, interpretação e reflexão dos assuntos que dizem respeito a este universo, destaque para a indicação de modelos de moral, de princípios, de valores, de preconceitos, de discriminação em relação à diversidade e à vida sexual das pessoas (ROSSI et al., 2012).

A distorção da compreensão de tais assuntos sistematicamente veiculadas pelos meios de comunicação – televisão, rádio, internet, redes sociais e todas as tecnologias digitais – estabelecem padrões que não consideram as “minorias”, pois não estão contidas em um padrão de “normalidade e comportamento” em nossa sociedade que se refletem, influenciam e interferem diretamente no campo da

educação e, em especial, no ambiente escolar. A não consideração e desvio da materialidade social amplamente difundidas pelos meios de comunicação e mídias digitais promovem a disseminação da não aceitação, da discriminação, do preconceito, da aversão e do ódio contra aqueles que não estão enquadrados nos padrões heteronormativos de nossa sociedade (ROSSI et al. 2012).

4 SEXUALIDADE, GÊNERO, IDENTIDADE E DIVERDADDE SEXUAL NA CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ESTADUAL EM LUZIÂNIA/GO

Nos dias atuais, a sociedade se encontra cheia de diversidades; apresentando vários tipos de indivíduos, de culturas e de conceitos. É preciso compreender e especialmente, respeitar essa vasta realidade em que estamos vivendo, possuindo como noção o artigo 3º, inciso da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece como uma das finalidades principais do país “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1998, p. 15).

A escola é o local onde está presente divergentes valores, crenças, costumes, atividades, além de padrões comportamentais diversos, podendo se qualificar em individuais, sociais ou institucionais. É um ambiente onde acontece intervenção pedagógica desde a educação infantil até a fase adulta, ela tem a função de acolher pessoas diversificadas, podendo trabalhar a socialização, também é encarregada de construir ou desconstruir conceitos, símbolos, ideias e atitudes. Desse modo, o ambiente escolar desempenha uma finalidade essencial no desenvolvimento da cidadania, no respeito às diversidades culturais e sexuais. Pode ser considerada um centro de formação ao exercício do poder ideológico, se relaciona com processos culturais com o foco na conquista de hegemonias, e simultaneamente produz chances de processos contra-hegemonias, visto que, ela se insere em relações sociais históricas e dinâmicas, em locais de lutas, onde é formado o processo de socialização, de gestão, de currículo, nas relações interpessoais e nas relações de poder entre escola sociedade (GENTLE, 2008).

O ambiente escolar está organizado para formar os sujeitos e elaborar as “identidades escolarizadas”, por intermédio dos aprendizados, gestos e maneiras de ser e ocupar os espaços. Os movimentos, gestos e sentidos são realizados na escola e absorvidos por meninos e meninas. No espaço escolar os alunos aprendem a olhar e a se olhar, a ouvir, a falar e a calar, inclusive aprendem a preferir (LOURO, 1997).

As temáticas “diversidade de gênero” e “diversidade sexual” vêm sendo frequentemente abordadas na mídia e nos meios de comunicação, o que tem levado a escola a discutir a temática, que muitas vezes são trazidas até mesmo pelos próprios alunos, agregando para o aprimoramento dos conhecimentos que se referem a

relevância do respeito recíproco a todo e qualquer sujeito, assim como a diversidade sexual.

A presente pesquisa realizada é caracterizada como do tipo exploratória, uma vez que, possui como uma das finalidades principais a investigação dos impasses no cotidiano, acerca da temática abordada no estudo, ou seja, diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Desse modo, é viável coletar mais informações para efetuar uma análise com maior precisão. A observação foi possível por meio de um questionário constituído por dez perguntas. O processo elaboração das questões buscou investigar a opinião de professores e alunos, além dos problemas e práticas pedagógicas no ambiente escolar.

A aplicação do instrumento foi feita no Colégio Estadual Professor Antônio Marco de Araújo, para o total de onze professores e sessenta e oito alunos, entretanto, apenas seis professores e doze alunos se propuseram a participar do estudo, isto significa que, somente 23% das pessoas optaram por argumentar sobre o assunto, o que pode se apresentar como um indício de ausência de interesse de ambas as partes presentes no espaço escolar referente ao debate da diversidade e de gênero. Essa atitude pode ser considerada como um contratempo, já que, a diversidade sexual e de gênero se caracterizam como uma temática que requer uma extensa discussão nas escolas. É possível citar como um exemplo dessa ausência de diálogo e conhecimento a homofobia, que se qualifica como o desrespeito à diversidade, e que tem a capacidade de desencadear vários efeitos negativos no futuro processo de aprendizagem (NOGUEIRA, 1997).

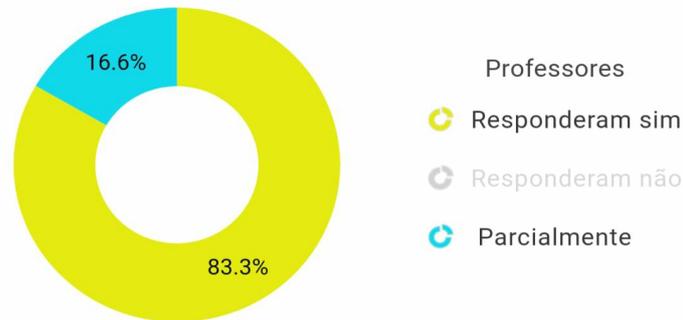
A finalidade deste capítulo é apontar as respostas recebidas no material de coleta de dados – questionário, para uma elucidação e um bom entendimento das respectivas dos professores e alunos. Os gráficos que serão apresentados abaixo retratam a parcial das respostas e suas respectivas porcentagens para cada questionamento.

4.1 Formação e Prática Docente no Interior da Escola: Entendimento das Temáticas da Pesquisa

Estima-se um processo de aprendizagem focado na valorização e respeito à diversidade sexual, ao gênero e sexualidade, no entanto, é de extrema relevância observar como essa temática tem sido ou não abordada na prática do cotidiano de uma sala de aula. Visando essa finalidade, foi elaborado um instrumento de pesquisa.

GRÁFICO 1.

Sabe qual é o significado da sigla LGBTQIA+?



Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

Na primeira pergunta do questionário direcionado aos docentes, é levantada a questão referente à possuir o conhecimento em relação ao significado da sigla LGBTQIA+. É visível que mais da metade dos professores responderam ter o entendimento acerca da sigla, no entanto, o restante, respondeu ter um conhecimento mínimo, já que, sabem parcialmente o significado dela. Nenhum profissional respondeu que não sabia o significado.

Se tem a compreensão que atualmente existem algumas interdições que impossibilita a temática “igualdade de gênero” de vincular livremente pelo ambiente escolar. Porém, nos últimos anos a educação brasileira adquiriu uma provisória e ilusória democracia no que diz respeito às pesquisas de gênero e diversidade sexual, inclusive por intermédio de regulamentos como o Programa Nacional em Direitos Humanos (BRASIL, 1996), o qual foi o primeiro documento oficial do Estado a destacar a palavra “homossexuais” em seu texto, assim, apresentando um progresso na visibilidade desses indivíduos; os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996), gerados por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, tido por diversos autores como o mais relevante progresso em associação à legitimação de uma perceptiva de gênero nas políticas educacionais. A formação do conselho Nacional de Combate à Discriminação (BRASIL, 2004), que apresenta a incumbência de acompanhar as políticas Públicas voltadas à defesa dos direitos sociais e individuais de indivíduos que estão propensos a sofrer discriminação racial, entre outras intolerâncias e o Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, criado depois de discussões entre o Estado e a sociedade civil, com o intuito de proporcionar a

cidadania e os direitos humanos de LGBTQI+ (LGB, se refere à orientação sexual do indivíduo, como: lésbica, gay e bissexual. TQI, se refere à identificação do gênero: transexuais/travesti/transgênero, queer e intersexuais. O símbolo + (mais) se refere às outras possibilidades de identidades de gênero). Já a geração da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade (SECAD), ocorreu no ano de 2004. Ela tem como responsabilidade garantir o avanço do acesso à educação e a diminuição das desigualdades educacionais (CATRINCK; MAGALHÃES; CARDOSO, 2020).

FIGURA 2

Nas turmas de Ensino Médio da escola em que atua existem alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero ou orientação sexual?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir dessas afirmações fornecidas é plausível constatar que a presença de alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas e entre outros é constante, o que intensifica a necessidade de trabalhar com os assuntos pertinentes à sexualidade e ao gênero, sendo assim, evitando futuros conflitos na comunidade escolar e no corpo social. Ademais, não há como negar que a escola tem como uma das suas finalidades formar cidadãos que possuam uma boa convivência no corpo social, e para que isso aconteça é necessário que os alunos aprendem a respeitar as diferenças. Apesar de diversos educadores compartilharem dessa opinião, muitos ainda enxergam a diversidade sexual um tabu dentro da sala de aula. Por não se expressar diante dessa realidade, a instituição escolar acaba se anulando sobre questões referentes ao preconceito, que com o tempo tendem a se transformarem em casos de violência e homofobia. Desse modo, o afastamento do professor quando existem diversidades no ambiente escolar fortalece a discriminação, visto que, ignorar tais corpos no local é enxergar como uma solução plausível, pois, não permite que a ocorrência de questionamentos ou discussões (LOURO, 2001).

Podemos dizer que o ambiente escolar se apresenta como um local de diversidade, já que, compõe um universo heterogêneo, plural e em constante movimentação, e cada aluno é singular, com uma identidade formada, por meio do, seu grupo social, firmada por valores, crenças, hábitos, saberes, padrões de condutas, trajetórias e capacidades cognitivas variadas em relação à aprendizagem (ROMANOWSKI, 2007).

FIGURA 3

Já presenciou alguma manifestação de preconceito e/ou discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero ou algum caso de evasão/abandono escolar de alunos LGBTQIA+?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

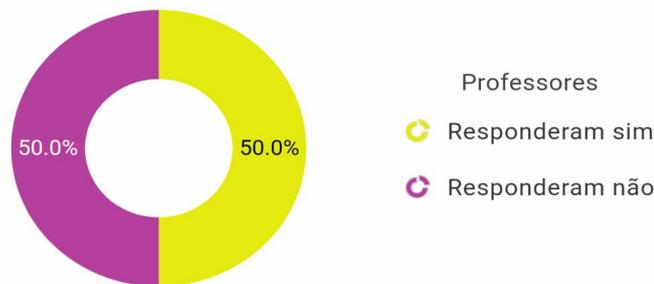
Novamente, é verificada a unanimidade no resultado de uma das questões expostas no instrumento de estudo. É evidente a ocorrência de conflitos na escola ocasionados pela orientação sexual e identidade de gênero. É importante ressaltar que o espaço escolar possui um papel necessário no combate à intolerância e homofobia, a mesma deve desenvolver as oportunidades de pertencimento, nas quais haviam a inclusão de todos no mesmo lugar de sociabilidade, a promoção de igualdade e o reconhecimento e respeito à diversidade de valores e comportamentos relacionados à sexualidade em suas múltiplas maneiras de expressão (BRASIL, 2004).

A escola é o local onde está presente divergentes valores, crenças, costumes, atividades, além de padrões comportamentais diversos, podendo se qualificar em individuais, sociais ou institucionais. É um ambiente onde acontece intervenção pedagógica desde a educação infantil até a fase adulta, ela tem a função de acolher pessoas diversificadas, podendo trabalhar a socialização, também é encarregada de construir ou desconstruir conceitos, símbolos, ideias e atitudes. Desse modo, o ambiente escolar desempenha uma finalidade essencial no desenvolvimento da cidadania, no respeito às diversidades culturais e sexuais. Além disso, pode ser

considerada um centro de formação ao exercício do poder ideológico, se relaciona com processos culturais com o foco na conquista de hegemonias e simultaneamente produz chances de processos contra hegemonias, visto que, ela se insere em relações sociais históricas e dinâmicas, em locais de lutas, onde é formado o processo de socialização, de gestão, de currículo, nas relações interpessoais e nas relações de poder entre escola sociedade (GENTLE, 2008)

FIGURA 4

A escola realiza alguma atividade ou fomenta debates/discussões direcionados à diversidade sexual e/ou as discriminações vivenciadas pela população LGBTQIA+?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

De acordo com as respostas da quarta pergunta do questionário, metade dos professores acreditam que a escola não desempenha o seu papel de promover no ambiente escolar discussões referentes à temática, assim, a mesma não cumpre um dos seus maiores objetivos, uma vez que, a escola se caracteriza como um dos ambientes mais relevantes para a constituição dos saberes de um indivíduo, inclusive o de identidade, dessa maneira, pode ser considerado um local onde a criança possui o seu primeiro contato com as divergências, especialmente, as de gênero. É indispensável que ocorra o desenvolvimento de uma consciência crítica e de atitudes baseadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos. Porém, é necessário ter a ciência de que o ambiente escolar está inserido no corpo social em que convivemos, sendo assim, estão presentes todos os preconceitos e discriminações existentes em diversos locais da sociedade (NOGUEIRA, 1997).

O autor Felicíssimo (2020), era um apoiador do tema em instituições de ensino e destaca que a desigualdade de gênero é a causadora de diversos conflitos sociais. Durante o tempo em que debates que estimulem igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual não são incluídos no currículo, muitos educadores indagam sobre

como se introduzir neste âmbito complexo que atualmente aparenta ser controlado por indivíduos que ameaçam, oprimem e criminalizam a profissão de magistério. Muitos profissionais, da área da educação, levantam a hipótese de que professores da disciplina de Língua portuguesa possuem um lugar privilegiado para resgatar e levar diferentes discursos sociais dentro do convívio escolar, com o objetivo de analisá-las com os seus educandos. Desse modo, está relacionado à análise de debates que se introduzem na sociedade.

Segundo pesquisas na área de educação, debates executados no ambiente escolar, possuem um resultado esclarecedor, por contribuir no comportamento, nas crenças relacionadas a sexualidade, e nos assuntos que dizem respeito as desigualdades de gênero, visto que as ligações entre a mudança, e o processo de ensino e aprendizagem, precisam auxiliar na compreensão sobre várias formas de organização social, com resultado a instituição deve proceder no mundo atual, procurando realizar transformações de padrões, com uma perspectiva minuciosa a respeito de conhecimentos, que sejam capazes de nos proporcionar uma vida digna, liberta de desigualdades sociais. Assim, a instituição de ensino é vista como mediadora de uma geração de princípios, que estimule o respeito as divergências, mas é preciso que o educador tenha conhecimento sobre os métodos discutíveis de estudar tais assuntos de maneira coerente (SANTOS, 2007).

GRÁFICO 5.

Em algum momento da sua trajetória acadêmica/profissional participou de palestras, cursos, seminários, formação continuada para trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual na escola?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

É possível analisar que a maioria dos profissionais atuantes da área da educação e que participaram do estudo não obtiveram uma formação continuada, dessa maneira, apresentando uma defasagem no ensino. A formação continuada tem a função de proporcionar meios para a constituição de um desenvolvimento pessoal

e profissional, oferecendo contribuições às carências impostas pela ação educativa e não uma mera sugestão externa de modificação de procedimento e ações pedagógicas. Para que esse método não fique restrito à teoria, é necessário que os educadores tenham a percepção da mesma não somente como subjetividade de assuntos importantes, mas sim como uma oportunidade para incentivar a reflexão, os debates e principalmente, que impossibilite as teorias caracterizadas. É de suma importância que o educador apresente uma boa formação teórica e consiga a interligar com a prática do dia-a-dia, postura interdisciplinar, olhar crítico, autonomia do seu trabalho e especialmente, uma conduta pesquisadora e reflexiva, uma vez que, a formação continuada obtém como foco a reflexão e a autoformação se liga habilidade de questionar teorias, não se deixar levar pela rotina e às práticas vigentes na escola, argumentar, ser pesquisador, além de formular mudanças pedagógicas. Ademais, é válido destacar que a mesma é de suma relevância, já que, é possível afirmar que o mundo está lidando com um período de exigências, o que não quer dizer que é obrigação dos professores possuir todos os dados, porém é importante que os mesmos tenham conhecimento e bom senso para que ocorra um bom entendimento sobre os fatos e processos históricos e político-sociais (NÓVOA, apud Yeda, 2000).

Existem muitas reclamações por parte dos professores acerca dos cursos de formação, os cursos são caracterizados como muito teórico e que pouco ajudam na busca de provocar modificações nas práticas pedagógicas. As atividades de formação consistem em seminários, cursos e palestras que apenas discutem sobre o tema como transmissão de conteúdo, sendo assim, a formação continuada é vista como uma maneira de deixar o professor ciente das pesquisas mais recentes, como se as práticas pedagógicas fossem modificadas sozinhas (NÓVOA, apud Yeda, 2000).

FIGURA 6.

Costuma trabalhar com os alunos temáticas relacionadas à diversidade sexual e as discriminações sofridas pela população LGBTQIA+?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Ao questionar se os educadores possuíam o hábito de trabalhar atividades com temas associados à diversidade sexual e às discriminações sofridas pela população LGBTQIA+ com seus educandos, quatro professores responderam que sim, que possuem o costume de trabalhar tais temáticas, e dois professores relataram não aplicar atividades com essas temáticas.

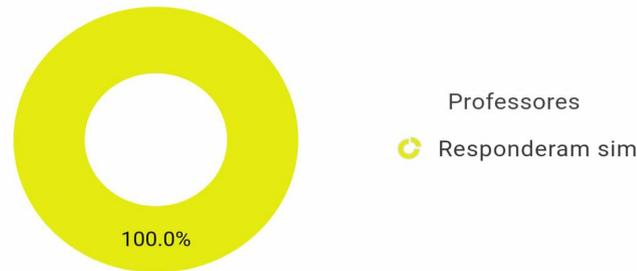
Mesmo com os debates sobre gênero e diversidade sexual se apresentando cada vez mais evidentes em discussões públicas, diferentes interdições as isolam do ambiente escolar, utilizando o argumento de preservação de "valores da família", em uma astuciosa alegação que concentra gênero e diversidade sexual à classe família. É necessário reflexionar de que forma a população irá dar um fim aos tabus de gênero e sexualidade que provocam diversos episódios de pré-conceitos, uma vez que a educação, que é caracterizada como uma das principais maneiras de ocasionar transformação, pode estabelecer limites a seguir à ideologias do capital, colocando as pessoas à disposição desse sistema. Uma das maneiras cabíveis de confronto, se apresenta no front da sala de aula, onde o educador pode executar a sua autonomia crítica.

De acordo com Meirelles (1997, p. 83), "o professor é mediador e organizador do processo pedagógico, favorece a visão de conjunto sobre a situação, e propõe outras fontes de informação, colocando o aluno em contato com outras formas de pensar". Freire (1981, p. 39), relata que para atingir à consciência crítica é preciso passar por um "processo educativo de conscientização". Sendo assim, pretende-se que uma educação libertadora e crítica tenha capacidade de viabilizar uma conjuntura na qual seja possível debater os pontos de vista de gênero de maneira a não causar uma opressão ou desumanização dos indivíduos.

As escolas são fundamentais na função de transmitir conhecimento, de ser um local onde atividades de ensino e aprendizagem podem ser realizadas. Nesses ambientes, atividades as quais podem colaborar na compreensão sobre as divergências e as desigualdades, destacando o respeito para o outro e com o outro, pois é um mês que engloba princípios culturais e sociais importantes para a sociedade que pela falta de entendimento em certos momentos exibem atitudes preconceituosas, e até mesmo intolerantes.

FIGURA 7

Acredita que existe resistência dos professores (as) e da gestão escolar em trabalhar em questões relacionadas à diversidade sexual no âmbito escolar?



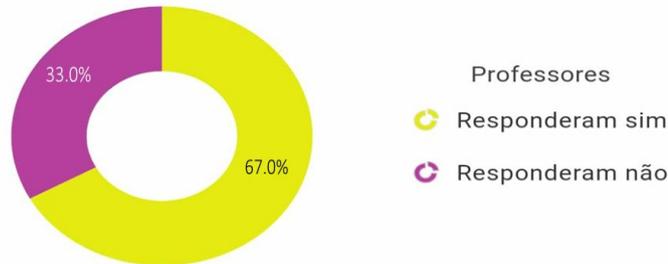
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme o produto desse questionamento é notório que esse tema é tabu no ambiente escolar por parte dos docentes. Além disso, é viável afirmar que apesar de muitas vezes o educador não possuir a consciência de que também assume o papel de educador sexual, ele o desempenha (FIGUEIRÓ, 1995).

O ambiente escolar e os professores optam por ignorar os fenômenos sociais na escola por ausência de formação e informação. A homossexualidade apresenta-se como a orientação sexual alvo de atitudes violentas e preconceituosas na escola, uma vez que, uma grande parcela dos alunos segue os padrões de “certo” e “errado”, padrões esses que são impostos pela sociedade, ou grande parte dela. Os conjuntos sociais que estão presentes nas posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe e de religião) possuem a chance de não somente representar a si mesmos, mas em consonância representar os outros. Sendo assim, podemos confirmar que as identidades sociais e culturais são políticas (LOURO, 2000). Assim, é necessário que os professores tenham ciência que o principal objetivo de incluir essa temática nas escolas é o direito que o aluno possui de entender o seu corpo e a sexualidade, como uma concepção positiva e por ser essencial rever e modificar as maneiras de relação afetivo-social que possivelmente sejam opressoras (SIMONETTI, 1994).

GRÁFICO 8

Na sua opinião abordar tais questões na escola representa interferir, de alguma forma, na atuação da família no processo de formação dos alunos?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No questionamento a respeito da possível interferência da instituição de ensino na atuação da família, 6,7% dos educadores responderam que há sim a interferência. Complementaram suas respostas com as seguintes falas: "Sim. Pois é na família que surge os primeiros valores"; "Sim, pois ao abordar questões tão sensíveis e latentes é preciso que a família concorde e participe para acolher e compreender o momento, a existência e o ser desses alunos; e "Sim, muito. Precisamos dar voz a todos no contexto escolar. Buscamos respeito por parte de todos, e só conseguiremos conversando sobre, levando informação para todos. O restante dos professores questionados, 3,3%, relataram que não existe interferência, segundo eles: "Não. Vejo como uma forma de esclarecer dúvidas que são normais e evitar o preconceito"; e "Acredito que não. Quando se há uma opinião formada e não como para impor algo. A escola juntamente com toda equipe discute para melhorar e socializar os alunos".

A pedagogia de Paulo Freire visa possibilitar uma autonomia cultural aos membros da sociedade, desse modo, superando algumas heranças culturais. De acordo com Franco (2017, p. 157), a pedagogia de Freire "surge como um rompimento epistemológico e político frente ao que se desenhava como perspectiva política na educação e, mais que tudo, surge como uma resistência à lógica liberal e tecnicista que marcava a história política do Brasil até aquele momento", fortalecendo a ideologia de democracia e globalização do ensino. Para Fonseca (2011, p. 107), "Paulo Freire entende a democracia como uma forma de aprendizado, em que o

homem vai refletindo sobre sua posição e, conseqüentemente, isso o motiva a mudar o mundo em que vive".

De acordo com Freire (1981, p. 69), o que se apresenta, ao decorrer dos anos, é um sistema educacional brasileiro garantindo a vistoria de uma escola "tradicional" na qual "[...] mata o poder criador não só dos educandos, mas também do educador", ao estimular uma educação servil, autoritária e antidialógica que receia e desvaloriza o valor da criação crítica, extraíndo de suas noções temáticas tidas como rumorosas. Se pode citar como exemplo a realização do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que extraiu os seguintes termos: homofobia, identidade de gênero, lesbofobia, machismo, movimento feminista, orientação sexual, segregação, sexismo e transfobia da última versão do documento, devido ao conservadorismo de setores do Congresso Nacional, retratado principalmente pela bancada fundamentalista cristã.

O ambiente escolar é um dos principais ambientes educacionais, pois realiza uma relação entre aprendizagem e os pensamentos, sendo assim, é fundamental trabalhar na escola, questionamentos como: O que eu sou? E o que eu gostaria de ser?". Sempre buscando incentivar boas reflexões. Silva (2010), relata:

Para entender as tensões sobre o reconhecimento da noção universal e abstrata de respeito aos direitos das diferenças sexuais, termo que na escola era constantemente ressignificado como tolerância e/ou como reputação, houve a apropriação dos conceitos de gênero e de sexualidade para a análise das informações, assim como da teorização sobre: o reconhecimento cultural, o multiculturalismo e a defesa simultânea dos direitos à igualdade e à diferença. (SILVA, 2010; p.22).

Acima de tudo, é papel do profissional educador buscar entender os indivíduos em suas diversidades e particularidades, até mesmo porque quem ensina, deve possuir um compromisso de ensino e aprendizagem, que seja inclinado a debates, apresentando que a transformação é um processo que ocorre gradativamente com profissionais e indivíduos.

FIGURA 9.

A ausência de referências à diversidade sexual no ambiente escolar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de formação dos alunos, bem como o enfrentamento e superação das discriminações e preconceitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade da população LGBTQIA+?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na atual pesquisa, quatro professores, ou seja, aproximadamente 67% dos entrevistados afirmaram que a ausência de referências à diversidade sexual no espaço escolar pode desencadear consequências negativas para o discente, tanto na escola, quanto na sociedade. Quando falamos de Educação Sexual nos referimos também ao envolvimento e comprometimento com temas como a formação continuada do professor, a profissão docente, o aprendizado do aluno e a qualidade do ensino. A Educação Sexual tem a função de englobar o aspecto informativo e o formativo (FIGUEIRÓ, 2020).

Também é válido relembrar que o corpo social estabelece, por intermédio de normas e regras qual deveria ser o comportamento sexual ideal de homens e mulheres. Uma concepção sociocultural que se dá, por meio das idealizações padronizações de feminilidade e masculinidade impostos de modo direto ou indireto ao cidadão no decorrer de sua vida. Essas imagens estereotipadas referentes às relações de gênero fortalecem a desigualdade entre os sexos. É pertinente salientar que quando nos referimos ao gênero, ele não está restrito somente à macho ou fêmea, mas também de masculino e feminino. Gênero refere-se a construções sociais, históricas, culturais e políticas que se relacionam com disputas materiais e simbólicas que compreendem processos de configuração de identidade, deliberações de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, distintas distribuições de recursos e de poder de implantação e modificação de hierarquias entre os que são socialmente estabelecidos como que é homens e mulheres e o que não é conceituado como homem e mulher, nas diversas sociedades e ao longo do tempo (BRASIL, 2007). Por exemplo, na escola o ato de meninas e

meninos se envolverem de divergentes maneiras, com dependência do sexo, ratifica essa construção social. Geralmente, as alunas passam o seu tempo comendo e dialogando, andando em pequenos grupos, praticando vôlei ou handball, uma vez que, os alunos preenchem o mesmo intervalo de tempo com futebol ou lutas corporais de breve duração (BRASIL, 2007).

FIGURA 10

Entende que existe resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual sejam discutidos na escola?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quando a pergunta em questão foi em relação a resistência e oposição de certos grupos sociais que não concordavam que temáticas ligadas à diversidade sexual necessitam ser conversadas no ambiente escolar, os professores responderam da seguinte forma: "Sim. Infelizmente alguns colegas de profissão não usam uma abordagem adequada, como uso de termos chulos, e isso causa espanto na parcela conservadora e religiosa da população. Temos que ressaltar o nosso objetivo de promover o respeito às diferenças e que não estamos ali para atacar os valores sagrados dessa parcela populacional ou incentivar os alunos a fazerem sexo, mas fazê-los compreender e conviver bem com a diversidade"; "Sim. Devido às questões religiosas, principalmente, que exige uma família tradicional. Acredito, também, que o marxismo presente na sociedade também influencia."; "Sim, há resistências governamentais atrelado ao emergir do conservadorismo nacional, nem como há resistências dos currículos que não abordam a temática, bem como dos professores que sejam por despreparo ou por questões culturais, sociais ou religiosas se recusam a abordar o tema como meio para coibir a existência ou disseminação. "; "Sim, é o que mais tem. Pessoas preconceituosas existem em todos os lugares, e a escola não é diferente.

Por isso precisamos falar sobre, para que todos entendam a necessidade de não excluir ninguém."; "Sim. Nas igrejas tanto evangélicas como católicas não gostam de abordar esse tema e alguns políticos também."; e "Sim. Hoje em dia acredito que as pessoas estão bem intolerantes. E infelizmente os preconceitos existem seja de gênero, classe social, política ou qualquer outro tema que venha da ênfase na sociedade e que isso venha a se repercutir. Penso que através de uma educação de qualidade e que realmente as pessoas queiram mudar suas concepções de repente o mundo melhore. Porém infelizmente há sim resistência de alguns profissionais seja da educação ou qualquer outro setor ainda tem resistência de aceitar que o mundo está mudando e mudará mais com o passar do tempo e muitas coisas ainda estão por acontecer. Cada um tem que fazer sua parte e principalmente respeitar o espaço do outro.".

O autor Felicíssimo (2020), era um apoiador do tema em instituições de ensino e destaca que a desigualdade de gênero é a causadora de diversos conflitos sociais. Durante o tempo em que debates que estimulem igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual não são incluídos no currículo, um número expressivo de educadores se indaga sobre como se introduzir neste âmbito complexo que atualmente aparenta ser controlado por indivíduos que ameaçam, oprimem e criminalizam a profissão de magistério. Muitos profissionais, da área da educação, levantam a hipótese de que professores da disciplina de língua portuguesa possuem um lugar privilegiado para resgatar e levar diferentes discursos sociais dentro do convívio escolar, com o objetivo de analisá-las com os seus educandos. Desse modo, está relacionado à análise de debates que se introduzem na sociedade.

Segundo pesquisas na área de educação, debates executados no ambiente escolar, possuem um resultado esclarecedor, por contribuir no comportamento, nas crenças relacionadas a sexualidade, nos assuntos que dizem respeito as desigualdades de gênero, visto que, as ligações entre a mudança e o processo de ensino e aprendizagem, precisam auxiliar na compreensão sobre várias formas de organização social, com resultado a instituição deve proceder no mundo atual, procurando realizar transformações de padrões, com uma perspectiva minuciosa a respeito de conhecimentos, que sejam capazes de nos proporcionar uma vida digna, liberta de desigualdades sociais. Nesse contexto, a instituição de ensino é vista como mediadora de uma geração de princípios, que estimule o respeito as divergências,

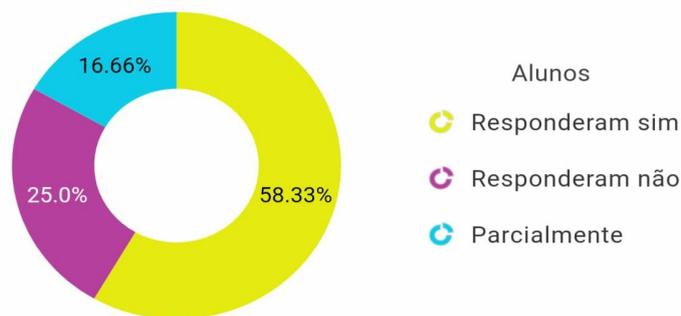
mas é preciso que o educador tenha conhecimento sobre os métodos discutíveis de estudar tais assuntos de maneira coerente (SANTOS, 2007).

4.2 A Formação Escolar dos Esquecidos em Contexto Adverso: A Voz dos Alunos

Ademais, também é essencial ouvir a opinião dos discentes, já que, eles são atingidos diretamente pelas consequências do processo de aprendizagem, sendo positivo ou não. Pensando nisso e com objetivo de aprofundar mais as informações, os questionários foram aplicados para os estudantes.

FIGURA 11

Sabe qual é o significado da sigla LGBTQIA+?

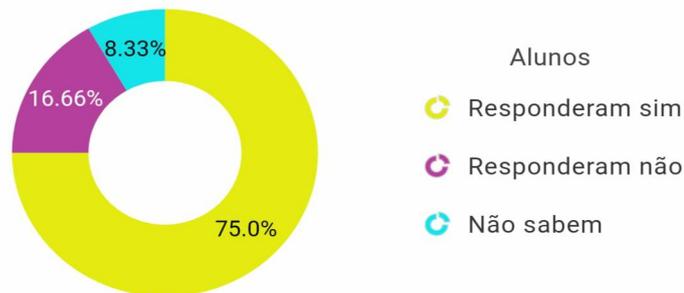


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na primeira pergunta do questionário, pode-se avaliar que o significado da sigla LGBTQIA+ ainda não está ao alcance de todos, o que demonstra a defasagem no ensino acerca da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Sete alunos afirmam conhecer a sigla e o seu significado, três alegaram não conhecer e dois disseram conhecer parcialmente. O não conhecimento se desenvolve em locais onde o conhecimento e a educação não alcançam ou não cumpre com a sua finalidade (LOURO, 1997).

FIGURA 12

Nas turmas de Ensino Médio na escola em que estuda existem alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero e/ou orientação sexual?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

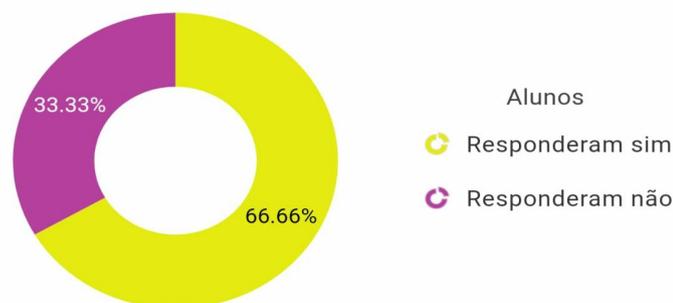
Logo após serem questionados sobre o conhecimento e compreensão da sigla LGBTQIA+, foi questionado sobre a existência de alunos transexuais, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero e/ou orientação sexual, no ensino médio do Colégio Estadual Prof. Antônio Marçó de Araújo. Ao responderem, nove alunos relataram a existência desses alunos, sendo um se apresentando como tal (não especificado), dois relataram que não havia alunos que se enquadravam ao referido na pergunta e apenas um relatou não saber.

É necessário ter a compreensão de que questões como homofobia e transfobia dizem respeito à sexualidade, preconceito, discriminação, intolerância e violência. Segundo Scoot (1995, p. 75), gênero é “uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”. Já para Arán e Peixoto Jr. (2007, p. 137), “os atributos de gênero são performativos e não uma identidade pré-existente”, de forma que uma suposta “verdade sobre gênero” se transforma apenas em uma ficção reguladora. Assim, como uma ficção reguladora, ela pode ser descentralizada, uma vez que mesmo que o gênero seja “o mecanismo pela qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas”, como afirma Butler (2014, p. 253), também pode “muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser descontraídos e desnaturalizados”. Diante disso, manifestações heteronormativas no ambiente escolar (mesmo não apresentados como tais, mas disfarçados por uma falsa manifestação pró-família que diminui esta instituição a retratos que servem ao poder disciplinar) forma o ambiente escolar não somente como poder que desempenha força centrípeta heteronormativa, mas

principalmente como um espaço onde é possível provocar sentimento de medo, opressão e insegurança, visto que a sexualidade, as identidades de gênero e suas dissidências não são portáteis – o que se “abandona” do lado exterior da instituição de ensino, ao adentrar, e “coleta” ao término das aulas – tornando, contrariamente, algo incorporado na instituição, que insiste por princípios dialógicos, inclusivos e libertadores.

FIGURA 13

Já presenciou alguma manifestação de preconceito e/ou discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na indagação relacionada aos atos discriminatórios e preconceituosos ocorridos na escola, dos 12 discentes que aceitaram participar do estudo, 8 deles, o que é caracterizado como próximo de 67%, alegaram já terem vivenciado esse tipo de situação, com isso, é plausível alegar que a cultura escolar está mediada de conflitos, contradições e confrontos, e a escola pode manter os preconceitos, porém, também pode auxiliar na destruição deles. A escola não pode se resumir somente ao reflexo das posturas, dos valores e das crenças do corpo social em que está introduzida. Ademais, tem muito potencial para refletir acerca da mesma sociedade e de seus mecanismos de exclusão social. Compreende-se a função fundamental de uma escola verdadeiramente cidadã desnaturalizar a homofobia para depois de seus muros (BRASIL, 2004).

Além do mais, a escola pode se classificar como um dos mais importantes fatores responsáveis pela reprodução e naturalização da homofobia, não somente no quesito dos conteúdos disciplinares, como também nas relações do cotidiano que acontecem no seu interior e que se estendem para as residências. Desse modo, a homofobia retrata de maneira semelhante a lógica violenta de outros modos de

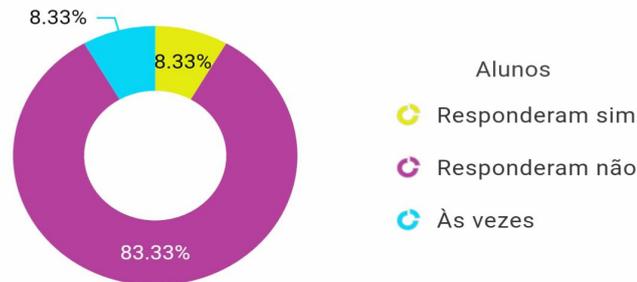
inferiorização, como por exemplo, o racismo e o sexismo, cuja finalidade é desumanizar o outro (BRASIL, 2004).

As práticas homofóbicas que ocorrem no espaço escolar são vistas como aversão, repugnância, ódio e preconceito que um grupo de pessoas mantém contra homossexuais, lésbicas e bissexuais. Na maioria das vezes aqueles que retêm estes sentimentos não determinaram por completo a sua identidade sexual, dessa forma, indagações e revolta, que são passadas para aqueles que já definiram suas preferências sexuais. A homofobia também se associa ao senso comum, fica invisível, espalhada, no cotidiano e passa por um processo de naturalização. Ela pertence ao grupo de preconceitos, tal como, o sexismo, o heterossexismo e o racismo, ou seja, atitudes de discriminação usadas com a finalidade de desvalorizar o outro que é visto como diferente. A homofobia é marcada e repetida várias vezes, por meio de mensagens que a normalizam, ou até mesmo, por intermédio do silêncio e da permissão da violência no ambiente escolar brasileiro (LIONÇO, 2009).

O espaço escolar pode se caracterizar como um ambiente desfavorável, de discriminação, preconceitos e prepotência. Ele delimita o comportamento, observa e realiza um controle acerca das ações dos alunos, construindo um local de violência onde são expostos vários adolescentes LGBT, muitas vezes mais frágeis a situações delicadas de internalização dá uma fobia, negação e auto culpa (BRASIL, 2004). No cotidiano escolar, a sexualidade está inserida de diversas maneiras, nas suposições referente a formação das famílias, dos papéis e do modo de se comportar de homens e mulheres, nas descrições manuais, nos exercícios pedagógicos, pichações nas paredes e nas carteiras, em olhares atraentes que estão em busca de um decote, pernas, braguilhas, traseiros, piadas e apelidos que desaprovam meninos que agem de modo “delicado” e as meninas que são mais “masculinizadas” (LOURO, 1999).

FIGURA 14

A escola realiza alguma atividade ou fomenta debates/discussões direcionadas à diversidade sexual e/ou As discriminações vivenciadas pela população LGBTQIA+?



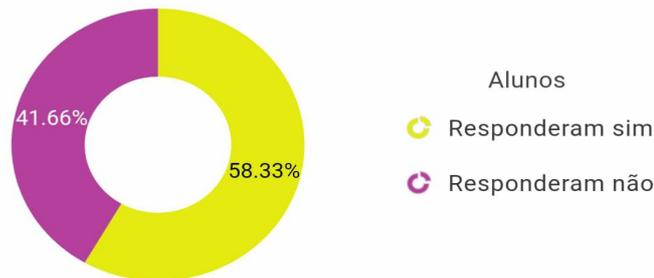
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na questão de número quatro os estudantes foram indagados acerca da promoção de atividades que trabalhassem assuntos referentes à sexualidade, gênero e os seus possíveis efeitos, por intermédio dos educadores ou pela instituição. Cerca de 84% dos discentes alegaram não terem acesso à esse tipo de conteúdo, o que pode ser caracterizado como um erro na formação dos mesmos, pois, é fundamental entender que o educando deve se envolver no processo ensino-aprendizagem como um sujeito ativo e não apenas como um simples receptor de conhecimentos, informações e orientações (FIGUEIRÓ, 2020).

A formação continuada do professor também é necessária para solucionar esse problema, visto que, é de extrema importância que o professor tenha alcance a formação específica para abordar o assunto sexualidade com criança e jovens na escola, dessa forma, proporcionando o desenvolvimento de uma conduta profissional (BRASIL, 2000). A prática profissional do professor aborda as funções pedagógicas, sociais e políticas, ademais da transmissão de conhecimento aos alunos. No atual momento, a autonomia docente é restrita a decisões pedagógicas e administrativas no nível da escola (ROMANOWSKI, 2007).

FIGURA 15

Acredita que existe resistência dos professores e da gestão escolar em trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual no âmbito escolar?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

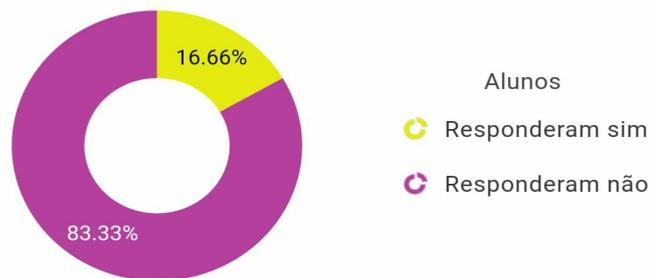
Segundo a maioria dos participantes da pesquisa, é visível a resistência de alguns elementos do grupo educacional, como por exemplo, dos professores em elaborar atividades sobre questões associadas à diversidade sexual no espaço escolar. Essa questão pode ser considerada como um problema, uma vez que, o professor é responsável pela criação das possibilidades para o aprendizado do educando e pela ajuda nesse processo (FIGUEIRÓ, 2010).

Ademais, os educadores estão em uma encruzilhada que indica para a reformulação de sua identidade. O desenvolvimento de uma cultura profissional consiste em um processo longo, que só possui relevância se for reconhecido em uma perspectiva crítico-reflexiva, possibilitando o pensamento autônomo e participação de atividades de autoformação participada. Um dos fatores que resultam na formação da identidade do educador é a reflexão acerca da prática nas suas dimensões complementares que se apresentam como prática individual e prática coletiva. As novas práticas de formação têm foco no educador e a sua função na construção de si e do seu conhecimento, ou seja, há uma nova tendência que se apresenta na formação de educadores mais reflexivos. É necessário inserir a formação continuada dos professores como o principal objetivo da profissão, uma vez que, necessitam de atualização científica em sua área de atuação e em outras adjacentes (NÓVOA, 1995). Existem pessoas que concordam que a escola opta por não entender a diversidade sexual e suas expressões utilizando um discurso que indica a invisibilização daqueles que não se encaixam nos “padrões “. Com isso esses alunos

que são silenciados são tratados pela escola como se eles não existissem (LOURO, 1997).

FIGURA 16

Na sua opinião abordar tais questões na escola representa interferir de alguma forma, na atuação da família no processo de formação dos alunos?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

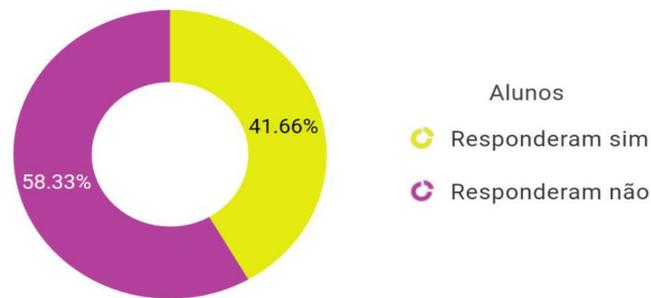
O questionamento de número seis, levou os alunos a uma reflexão, os permitindo realizar uma análise sobre uma possível interferência da instituição de ensino na atuação da família no desenvolvimento dos alunos. Grande parte dos alunos, resultando em 83,33%, relataram que não há interferência. O restante, 16,66%, relataram perceber tal referência.

O segmento familiar, como agente interativo nas atividades e projetos criados no ambiente escolar, e definido como instituição social, vem passando por mudanças no decorrer do progresso da sociedade contemporânea, das quais modificações têm interferido precisamente na maneira de realizar a comunicação familiar, construindo diversas formas de interação e de ressignificação (RAMOS, 2008).

Freire (1996), também dizia que a instituição de ensino necessita se adequar a essas transformações, a essa realidade social, acolher e determinar essa vivência com as diferenças. Uma pesquisa solicitada pelo Ministério da Educação à FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP), realizada no ano de 2009, chegou ao resultado que apontava que os principais indivíduos que sofriam bullying e discriminação na escola eram negros, pobres e homossexuais.

FIGURA 17

A ausência de referências à diversidade sexual no ambiente escolar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de formação do aluno, bem como o enfrentamento e superação das discriminações e preconceitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade da população LGBTQIA+?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Ao questionar aos alunos se a falta referências à diversidade sexual poderia interferir no processo de formação dos mesmos, e em uma respectiva superação de discriminações e preconceitos presentes no dia a dia do ambiente escolar e na sociedade, 41,66% responderam que sim e 58,33% responderam que não. Apesar de diversos estudos no campo da diversidade, há entrelinhas sobre o tema e diversas pessoas passando por preconceitos, seja por orientação sexual ou cor racial, em sua grande parte são atacados por indivíduos que não aceitam a diferença. Porém, no ambiente escolar não é diferente, podendo ser mencionado a homofobia, que provoca diversos problemas, como bullying, às vezes seguido de violência verbal e física, sem mencionar as complicações psicológicas e traumas. Louro (2003), afirma:

É comum às escolas tratarem gênero e sexualidade como sendo sinônimos, padronizando um modo único e adequado do que é o masculino e o feminino e possibilitando, de uma única maneira apenas, a forma de viver a sexualidade. Tece-se uma complexa trama normativa que estabelece uma linha de continuidade entre o sexo (macho e fêmea), o gênero (masculino e feminino) e a orientação sexual que se direciona “naturalmente” para o sexo oposto. (LOURO, 2003; p. 14)

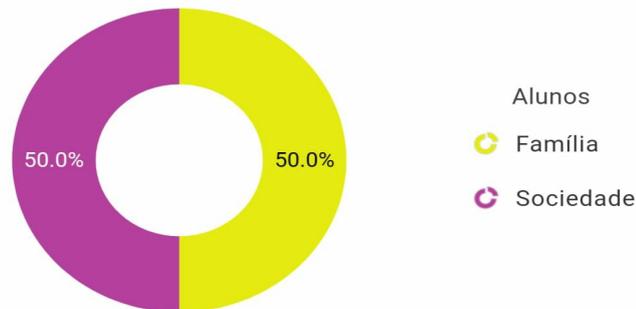
De acordo com Freire (2001), não existe indivíduo mais adequado para lidar com a inclusão do que o oprimido, pois ele apresenta a experiência da opressão,

possui o peso de ser diferente e será um dos beneficiados do confronto a favor da inclusão. Freire afirma sua ideia ao relatar:

[...] quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível da sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação à qual não chegaram pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2001, p. 31).

FIGURA 18

Para você, de quem é a responsabilidade em trabalhar com as questões relacionadas à diversidade sexual?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No questionamento de número oito do questionário aplicado, o assunto abordado foi em relação a responsabilidade em trabalhar com as questões relacionadas à diversidade sexual, mais especificamente se estava atribuída à família ou à sociedade. Ao responder, metade dos alunos apontaram que a responsabilidade cabe à família. Já a outra metade, atrelou a responsabilidade à sociedade.

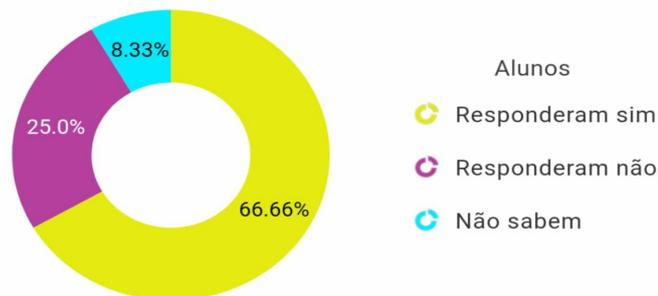
É necessário que se crie uma cultura de valorização da diversidade, com o objetivo de se exercer desde início a função social e que proporcione o entendimento das relações entre as pessoas e suas diversidades. Em conjunto com a ausência de entendimento do que é diversidade sexual, a palavra sexualidade é ampla e complexa de ser entendida em apenas um significado característico, podendo alterar a compreensão de indivíduo para indivíduo. Dessa forma, a palavra se apresenta muito relativa, podendo ser vista como concepção de descoberta do corpo; maneira que a pessoa se relaciona com outras; e ligação a assuntos culturais.

A sexualidade homossexual, as identidades sexuais e identidades de gênero são resultados do processo histórico que representa a maneira de ser da sexualidade.

O conceito de orientação sexual deve ser considerado uma maneira de aceitar a sua diversidade na vida de outros indivíduos. Segundo Sousa Filho (2009), as orientações sexuais formam expressões e sensibilidades do prazer e do desejo que podem surgir na vida de uma pessoa de diversas formas, sem que sejam permanentes e indispensáveis, pois “comportamento e identidade são componentes da orientação sexual que não caminham necessariamente na mesma direção” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 31).

FIGURA 19

Em sua concepção, entende que existe resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual sejam discutidos na escola?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

É relatado que cerca de 67% dos educandos acreditam que já uma resistência e até mesmo uma oposição oriunda de alguns segmentos da sociedade que discordam que temáticas ligadas à diversidade sexual sejam abordadas. De acordo com Louro (2008), apesar da sexualidade ter se tornado um assunto de estudo para diversas áreas como por exemplo a da ciência, religiosa e médica, a mesma ainda se mantém como foco de vigilância e de controle, apontando quem pode e quem está preparado para argumentar acerca da sexualidade, para que seja possível realizar a sua definição nos “padrões de pureza” (LOURO, 2008).

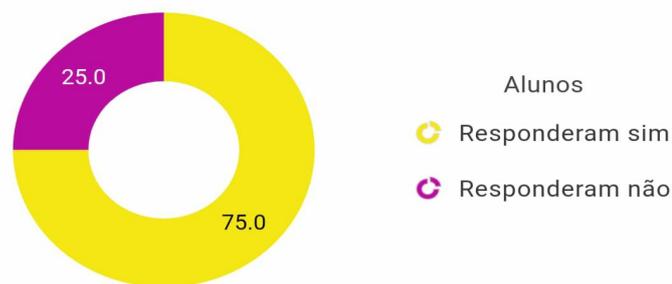
Atualmente, ambos os sexos estão presentes no mesmo espaço físico no ambiente escolar, porém, são ensinados elementos desiguais. Uma significativa parte das pessoas associam que o fato de meninas e meninos estarem dividindo o mesmo

local de maneira simultânea, tal como, salas de aula e pátio, seja eficaz para resolver o impasse do desnivelamento. Entretanto, essa junção não é capaz de garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades. Dentro da escola permeiam suposições, modos de hierarquização, papéis, regras e formas de participação, formação dos corpos e jogos de linguagem que aplicam no cotidiano e com muita repetição, as distinções entre os sexos socialmente compulsórias pelas relações de gênero (LOURO, 2000). Há ainda quem acredita que a Educação Sexual que tem sido trabalhada no ambiente escolar se apresenta como falsa e moralista, na qual não atualiza os alunos e desenvolve uma noção da sexualidade que provoca a depreciação e a insatisfação para com a relação física (BENARDI, 1985).

É importante salientar que a Educação Sexual pode ajudar na diminuição da gravidez precoce e não planejada e das estatísticas de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), podendo incluir a AIDS (ACQUIRED IMMUNODEFICIENT SYNDROME), porém, a mesma pode atuar simultaneamente como contribuinte na construção integral da personalidade do aluno e, dessa maneira, interferindo na sua qualidade de vida (FIGUEIRÓ, 2020).

FIGURA 20

A resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual precisam ser discutidos na escola?



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A respeito do diálogo em sala de aula relativo aos cidadãos que possuem oposição ao trabalho da escola em assuntos relacionados à diversidade sexual e de gênero, 67% dos entrevistados julgaram que é essencial que esse debate saia da teoria e entre em prática. As indagações referentes a sexualidade, homossexualidade, identidade e expressões de gênero não são atuais no ambiente escolar. Entretanto,

no Brasil, só se iniciaram as discussões de modo mais amplo nos locais sociais na metade dos anos de 1980. Até então, no espaço escolar, quando essa temática surgia, ou seja, assuntos referentes à sexualidade no currículo, ficavam nas áreas de Ciências ou, raramente, circunscrito na Educação Moral e cívica (BRASIL, 2007).

É necessário o debate sobre essas questões para que o aluno crie autonomia sobre as suas ações e pensamentos. Por intermédio da Educação Sexual Emancipatória, é viável a ocorrência de uma transformação social. Assim, é essencial expandir a autonomia do discente sobre os valores e atitudes relacionadas ao comportamento sexual e a sua habilidade de realizar notificações das ocorrências repressoras da sexualidade (FIGUEIRÓ, 2020).

O educador sexual que concorda com a Educação Sexual Emancipatória deve informar aos alunos sobre ela com a finalidade de fazer com que eles entendam e fiquem cientes da precisão de se exercer os dois tipos de resgates. O “Resgate de Gênero “ se caracteriza por um conjunto constituído por homens e mulheres que visam avaliar novamente a maneira de viver e as formas de agir no corpo social, seus deveres e direitos, possuindo como maior objetivo o bem-estar, o seu crescimento e a ampla felicidade em um local onde não haja hierarquia sexual, ou seja, em um ambiente em que um sexo não tenha mais valor que o outro, desse modo, todos dispõem dos mesmos direitos, inclusive, as pessoas LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexual, Travestis e Transexuais) (FIGUEIRÓ, 2010). Já o “Resgate Erótico” se apresenta como um agente para auxiliar o aluno a enxergar a sexualidade como algo bonito e que faz bem para a vida das pessoas, assim, visando extinguir a opinião que tem prevalecido: a de uma coisa “suja”, “feia” e vergonhosa (FIGUEIRÓ, 1995).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual não é somente heterossexual, mas também marcada historicamente como heteronormativa. Desse modo, argumentar sobre algo relacionado à diversidade sexual, gênero e sexualidade pode ser apresentada como uma tarefa complexa, uma vez que, é evidente o posicionamento da sociedade que estabelece um ladrão e tudo que não se encaixe no mesmo gera um afastamento e estranhamento. Pesquisas apontam que a discriminação e o preconceito são constantes no cotidiano escolar, uma vez que, o padrão imposto, como dito anteriormente, se expande para as famílias, grupamentos e organismos que são responsáveis por ocupar o sistema social, e na maioria das vezes, o espaço escolar é heteronormativo e rígido.

No decorrer do século XX, foi possível analisar que os movimentos sociais que lutavam em defesa da igualdade de gênero e da diversidade sexual se fortaleceram, isso foi viável por causa dos diferentes eventos e atos, com a finalidade de assegurar os direitos legais referentes à sexualidade, podendo destacar a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A diversidade procura expor as divergentes perspectivas de sexualidade, o que permite a compreensão do fato de não haver somente uma definição para a sexualidade, em razão de, não ser uma opção ou preferência sexual e sim de uma orientação. É evidente que além de debates é preciso uma intensificação na preparação dos professores, uma formação continuada para que assim o espaço escolar consiga tentar suprir a urgência de inserir essa temática neste ambiente.

Um fato interessante é que antigamente a homossexualidade era caracterizada como uma patologia, ou até mesmo como uma desorientação de conduta sexual para o dominante padrão da heterossexualidade, apenas em 1995 aconteceu a exclusão da homossexualidade da classificação de “doença”, isso foi viável, posteriormente, a publicação da quarta edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Ademais, vale destacar que as variadas maneiras de testar e viver desejos e prazeres eram expostas na sociedade, forma aos poucos sendo controladas e aceitas ou não pelo corpo social.

A partir das dinâmicas das relações sociais são constituídos os gêneros, visto que, a constituição do ser humano só ocorre quando existe relacionamento com outros seres humanos. Assim, o gênero consiste em uma categoria de percepção social e a sexualidade é idealizada como uma produção de cultura. Já as identidades de gênero

são determinada ou se determinam em termos relacionais, constituem e representam a experiência da sexualidade dos sujeitos. É relevante apontar que as argumentações sobre a sexualidade, gênero e diversidade sexual têm adquirido lugar de fala e causado modificações na área legislativa quanto a garantia dos direitos das pessoas LGBTQUIA+.

Tornou-se evidente a grande proporção que a diversidade sexual vem tomando em diversos segmentos da sociedade. É importante ressaltar a importância do papel da escola em abordar debates nessa temática. Levantar questões de gênero, sexualidade e diversidade no ambiente escolar, na maioria das vezes, se torna um assunto complicado, por ainda se configurar como tabu perante a sociedade. Parte dessa complexidade é consequente da ausência de conhecimento por parte dos educadores para discorrer sobre tais temas, no entanto, essas temáticas fazem parte do cenário atual, discutidos em redes sociais e com diversas informações acessíveis em banco de dados eletrônico e, assim, a instituição de ensino necessita debater esses temas de forma educativa.

É perceptível que questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar é uma função de grande valia que os professores necessitam realizar. As questões ligadas a sexualidade, identidade de gênero e diversidade sexual não são apresentadas de maneira adequada e explícita, o que requer a precisão de cautela na leitura, análise e interpretação da legislação. Nessa perspectiva, entendeu-se que essas temáticas e suas inferências podem ser discutidas no ambiente escolar através da utilização do currículo oculto, pois forma um instrumento de valor relevante para entender as realidades e necessidades da sociedade, colaborando de maneira ativa para a geração e desenvolvimento de conteúdo para atender as necessidades de cada instituição de ensino.

Também se pode observar que segundo os relatórios finais das Conferências Nacionais de Educação dos anos de 2014 e de 2018, os assuntos de gênero e de diversidade poderiam estar associados nos planos estaduais, municipais e distrital de educação, com o intuito de proporcionar um fortalecimento de políticas públicas eficiente voltada para uma educação inclusiva, assim, permitindo o progresso dos direitos humanos em conformidade com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. É importante ressaltar que para as políticas de educação direcionadas às “minorias” se concretizem e cresçam de maneira eficiente é indispensável um vínculo entre planos e projetos de diferentes campos de

conhecimento e da sociedade, com a finalidade de ofertar uma educação de qualidade e inclusiva, assim como a acessibilidade a cursos de aperfeiçoamento e formação continuada para os educadores, especialmente, para profissionais da educação que trabalham em sala de aula de mais de um nível de ensino.

O corpo social é composto por pessoas únicas, singulares e plurais simultaneamente, porém, diferentes na maneira de agir, sentir, existir, pensar e ser no mundo, que é definido como o local de coabitação com outros indivíduos que se divergem nas mais variadas particularidades físicas, morais, psicológicas, de valores e histórias de vida. Além disso, é interessante citar que entre os corpos marginalizados pela própria sociedade estão os integrantes que compõem o movimento político 2 social LGBTQIA +, pessoas que sofrem com atividades preconceituosas e discriminatórias nos mais variados ambientes, inclusive, na escola.

Ainda, ficou explícito a precisão de entendimento a respeito de entendimento a respeito de, questões que abordem a diversidade sexual no interior da sociedade, desse modo, sendo utilizado como uma ferramenta para a luta contra a homofobia. O método de ensino e aprendizagem compreende professores e alunos que possuem uma interação contínua no âmbito escolar, incluindo conteúdos do currículo escolar oficial quanto do currículo oculto que discorre sobre o que se refere à sociedade, política, economia, cultura, diversidade ética e humana, diversidade sexual, identidade de gênero, homofobia, misoginia e racismo. Felizmente, essas temáticas expostas anteriormente estão inseridas com maior frequência nas escolas, por outro lado, existe uma certa resistência por uma parte da sociedade em aceitar esses temas no currículo.

A escola é experienciada em seu dia a dia e as condutas que a preservam convertem-se em aprendizado. Podemos mencionar que a educação sempre terá como consequência uma ação simbólica. Um notório problema ligado à educação é a ausência de uma preparação qualificada tanto dos professores quanto da escola para realizarem os debates e trabalharem abertamente sobre o assunto. A sexualidade se apresenta como um conteúdo recorrente em sala de aula e tem gerado muitos questionamentos, que várias vezes não são solucionados, por meio do educador, ou seja, dá as geradas dúvidas referentes à formação profissional desses atuantes da área da educação. Outro ponto considerável se relaciona ao fato de os docentes serem pessoas humanas, quer dizer, dispõem de seus princípios, valores morais e ideologias, dessa forma, acontecendo de ele, em algumas ocasiões cometerem

atitudes discriminatórias e preconceituosas. Portanto, se torna indispensável uma formação especializada e contínua.

O ambiente escolar é considerado um local ideal para argumentações referentes à diversidade sexual, essencial para que os alunos obtenham informações e conhecimento. Algumas ações podem provocar efeitos de aspectos negativos, como por exemplo, a homofobia e o bullying, ambos podem ocasionar o fortalecimento do sexismo é da homofobia, isto é, ecoam de modo direto na sociedade.

Tradicionalmente, o local de ensino cumpre a finalidade de formar as pessoas, para que elas vivam de acordo com as normas sociais, e para isso, efetua a construção de "pessoas normais" e também evidencia e recusa as "pessoas não normais". O silenciamento e a rejeição de debates pertinentes ao assunto colaboram de modo significativo para a consolidação dos preconceitos sutis ou manifestações nos meios sociais de convivência. O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Direitos Humanos, declaram que uns dos objetivos da educação é colaborar para proporcionar e reconhecer as diversidades e a erradicação das discriminações. Ademais, já cidadãos que são contra esse tipo de ensino nas escolas, dessa maneira, dificultando ainda mais esse processo.

Realizando a reflexão acerca da formação inicial e continuada para profissionais da educação sobre diversidade sexual no Brasil, pode-se chegar na percepção de que a formação inicial proporciona a formação de conhecimentos que podem e devem ser repassados para os alunos, entretanto, mesmo isso sendo a fundamentação, não é o bastante, os educadores são indivíduos que devem colaborar com a construção dos hábitos, não em circuito fechado, porém na proporção de uma relação entre a experiência, a tomada de consciência, a discussão e a participação em novas ocasiões.

Por muito tempo a formação de profissionais da educação foi vista somente como um processo de formação inicial. Porém, atualmente, possuímos a consciência de que o processo de formação do educador não é único e deve estar em frequente atualização, até mesmo porque a sociedade também se encontra em constante atualização, dessa forma, é função do professor acompanhar essas transformações e se apresentar sempre preparado.

Compreendeu-se que a formação do educador é constituída por três segmentos, que estão ligados de forma direta com a formação inicial, a iniciação ao ensino e a formação contínua. A iniciação do ensino, estabelece a formação do

professor em ambiente escolar na atuação do seu papel, onde adquire saberes por meio da sua vivência no cotidiano de uma rotina escolar e, para finalizar, a formação continuada que pode ocorrer por cursos realizados após a formação inicial, que podem ser das seguintes categorias: cursos de curta duração, pós-graduação, entre outros. A formação continuada caracteriza uma renovação de conhecimentos, por intermédio da qual o profissional ganha meios para vencer obstáculos em sua caminhada profissional, pessoal e social, com a finalidade de se encaixar aos novos instrumentos didáticos e técnicos em sua prática profissional.

Podemos assegurar que a formação do grupo de docentes é caracterizada como deficitária, isto é, não atende à demanda necessária para se realizar uma boa abordagem referente ao tema, o que pode ser explicado pelo fato da graduação dos mesmos não terem proporcionado contribuições relevantes para o futuro profissional desses professores. A falta de reflexões epistemológicas, teóricas e metodológicas representa uma situação de incapacidade com ligação à abordagem da temática diversidade sexual no dia a dia escolar. Há estudos que comprovam que a discriminação, o silenciamento e a timidez nos debates acerca do assunto fortalecem a perpetuação da naturalização das condutas preconceituosas, desigualdade e a hierarquização de um modelo heteronormativo masculinizado.

Se fez notório que a instituição de ensino é fundamental para que o aluno tenha o sentimento de inclusão nessa realidade em que a sociedade reaperceber atualmente e em algumas das vezes, o professor possuir apenas a formação inicial não é o bastante para mostrar aos alunos essas aceleradas transformações que vem ocorrendo na sociedade. Foi possível compreender que se faz necessário proporcionar a inclusão nos cursos de formação inicial de professores das temáticas, diretamente e indiretamente, relacionados à sexualidade, à identidade de gênero e à diversidade sexual. Assim sendo, o profissional da educação, futuramente, terá meios para conseguir elaborar estratégias para confrontar o currículo heteronormativo vigente em nosso país.

É relevante reafirmar o caráter formador do ambiente escolar como instituição social, as quais necessitam de uma maior quantidade de conhecimento, e investimentos para a elaboração de novos projetos, abordando a temática "sexualidade, gênero e diversidade sexual", procurando abranger não somente os educandos, mas também a sociedade ao seu todo. Dessa forma, pode-se observar que alguns hábitos do cotidiano de uma instituição de ensino possuem o poder de

consolidar a educação, e diminuir conflitos relacionados às divergências, sejam elas de gênero, sexualidade ou diversidade sexual.

Porém, a sociedade tem como hipótese principal, gerar indivíduos que consigam desempenhar um papel crítico diante a realidade na qual estão introduzidos, possibilitando a transformação do outro aluno por ele mesmo. Ou seja, uma educação que fala de gênero e sexualidade, é aquela que procura o aluno no seu íntimo, notando as carências singulares de cada sociedade, onde a instituição de ensino estiver introduzida.

Também é importante relatar que não existe a presunção de desmentir que o gênero se forma com ou sobre corpos sexuados, quer dizer, não negamos a biologia, porém, destacada intencionalmente, a construção social e histórica realizada sobre as características biológicas. Além de ser uma determinação biológica a sexualidade humana também se caracteriza como uma dimensão humana culturalmente determinada.

O desenvolvimento do gênero como construção das sexualidades ocorre, por intermédio de aprendizagens e práticas em divergentes circunstâncias, inclusive no ambiente escolar. Ou seja, a construção dos gêneros e das sexualidades acontece, por meio de diversas ocasiões, aprendizagens e práticas, é realizada de forma clara ou falsa por um grupo interminável de solicitações sociais e culturais. É um processo caracterizado como cuidadoso, sutil e sempre incompleto.

Pode-se reforçar que a escola é classificada como um dos principais locais de formação de conhecimento dos alunos, compreendendo a identidade e, de modo consequente, é um dos primeiros locais em que a criança/adolescente se encontra em um ambiente repleto de pessoas com diversas diferenças, especialmente as de gênero. Assim, é de grande relevância que ocorra a formação de uma consciência crítica e de práticas fundamentadas pelo respeito às diversidades.

A função social do professor é discutir sobre o preconceito, discorrer de forma clara, com cuidado para não melindrar os que agem com intolerância e apresentar bons argumentos. Dessa forma, poderá ser possível impedir o preconceito, além de, fazer com que os indivíduos que realizam tais atitudes percebam o quanto são ideologicamente levados a reproduzir o que a sociedade reproduz e por meio disso despertar a sensibilidade do aluno e o tornar mais tolerante e a respeitar as diversas diferenças existentes.

Pode-se concluir a importância desta temática no ambiente escolar, apontando que o ideal seria que este tema estivesse presente em instituições de ensino desde a Educação Infantil até o ensino superior, considerando a formação primordial dos professores e os instrumentos educativos adequados. Discorrer sobre os assuntos “gênero” e “sexualidade” é um elemento essencial para construir o sentimento de respeito à diversidade.

É válido ressaltar que, o estudo de caso foi de suma importância e útil para o aprofundamento no conteúdo da pesquisa, ou seja, sexualidade, gênero e diversidade sexual. Ademais, colaboram para uma melhor compreensão da temática, além de possibilitar a geração de novos questionamentos e hipóteses, o que foi essencial para o desenvolvimento do atual trabalho. Por meio do questionário foi viável conhecer e entender o ponto de vista e opiniões das pessoas que compõem o ambiente escolar, como professores e alunos. O estudo contou com a participação de 18 pessoas ao total, sendo 6 professores e 12 alunos, a ideia inicial era possuir 79 respostas, ou seja, seriam 11 professores e 68 alunos, entretanto, infelizmente, o restante do corpo estudantil não demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa de dados. Sendo assim, é perceptível que, há realmente uma resistência para se argumentar acerca de temáticas referentes à sexualidade e ao gênero, tanto dos docentes, quanto dos discentes.

É perceptível o imenso desejo de constituir uma escola na qual os alunos compreendessem a sociedade onde estão inseridos, sem deixar de lado os valores morais, procurando uma educação de qualidade, a favor de um currículo integral e completo direcionado a melhoria e desenvolvimento do social. Em geral, a elaboração deste estudo colaborou consideravelmente para a aprendizagem do entendimento em relação ao currículo da instituição de ensino, visto que este se caracteriza como chave norteadora, pois é fundamental o indivíduo ser introduzido e formado enquanto indivíduo de identidade. Para que possamos desfrutar de uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito e, em consequência, mais alegre.

6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 13, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 129-147, 2007. DOI:<https://doi.org/10.1590/s0104-83332007000100007>. Acesso 29 jan 2023.

BORTOLINI, A.S. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online), v. 11, p. 31, 2011.

BEZERRA NETO, Luiz; SANTOS, Flávio Reis. Agosto de 2016: A verdadeira face do golpe de estado no Brasil. In: LUCENA, Carlos; Previtali, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Orgs.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2017.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Rio de Janeiro: Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 16, n. 58, p.59-76, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a05v1658.pdf> >. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação Políticas Públicas em Educação**., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/i/2008.v16n58/>>. Acesso em: 05 de julho de 2022.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual**. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2002. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97676>>. Acesso em:10 de maio de 2022.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Brasília/DF: MEC/CONAE, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf >. Acesso em: 12 de maio de 2022.

_____. **Projeto Escola Sem Homofobia**. Brasília, Ministério da Educação/MEC.(2004)

_____. **Cadernos SECAD 4 – Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2007

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília/DF; Presidência da República/MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

_____. **Decreto n. 9.465, de 2 de janeiro de 2019.** Brasília/DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio (v. 2)** / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. Disponível em: < <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/dcrb-volume-2-orientacoes-de-estudos-sobre-o-dcrb-ensino-medio-e-sua-implementacao/>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente,** Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília/DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html>>. Acesso em: 30 jun. 2022

_____. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD 4. Secretaria da Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade. 2007. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/599594/2/Trabalho_educ%C3%A7%C3%A3o_sa%C3%BAde%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

_____. **Gênero e diversidade sexual na escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Brasília, 2007. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 1.904, de 13 de maio de 1996.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1904.htm. Acesso em 20 jan. 2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996.** Brasília/DF: Presidência da República/MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022

_____. **Plano Nacional de Educação (2014-2024).** Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Programa Brasil sem Homofobia:** programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 30 jan. 2023

BURBULES, Nicholas. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Regina Leite;

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Acesso em 30 jan. 2023.

CANÁRIO, Rui. **Mudar as escolas:** o papel da formação e da pesquisa. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1991.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. Brasil no tempo presente: regressão, desmonte de direitos, democracia em risco. **Revista Transformare**, Fortaleza, n. 1, v.1, out./nov. 2017. Disponível em: <<http://www.fametro.com.br/revistatransformare/index.php/transformare/article/view/6>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CATRINCK, I. M. O.; MAGALHÃES, S. A. B.; CARDOSO, Z. S. Políticas Públicas Educacionais de Gênero e Diversidade Sexual: avanços e retrocessos. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 87-200, abr./jun., 2020. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2020.v29.n58.p187-200>. Acesso em 25 jan. 2023

CICCO, Roberta Ribeiro. **Diversidade sexual, escola e família:** contribuições para as práticas de ensino. 2017. 153f. Tese (Doutorado em Ensino de Biociências e Saúde) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23822>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

COTT, JOAN. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade.** 20 (2), p.71-99, 1995.

DESLANDES, S. AND GWYN, Q.H.J. évaluation de Spot et Seasat pour la cartographie des linéaments: Comparaison basée sur l'analyse de spectre de Fourier. **Journal canadien de télédétection**, 17, 98-110, 1991.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista** – UFPR, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/educar> >. Acesso em: 03 mar. 2022

FABREGAT, Clemente Herrero: **La formación del profesorado en ciencias sociales**. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2005.

FELICÍSSIMO, M. A análise do discurso como estratégia para o ensino de leitura. In: RIBEIRO, M. C. M. de A.; LIMA, M. da P. B. **Ação reflexiva no ensino de português**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020. p. 52-71.

FERNANDES, Nathan. Revolta de Stonewall: **tudo sobre o levante que deu início ao Movimento LGBTQ+**. **Revista Galileu**, jun. 2019. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/revolta-de-stonewall-tudo-sobre-o-levante-que-deu-inicio-ao-movimento-lgbt.html>>. Acesso em 20 jun. 2022.

FERRY, G. **Spécialité de la formation des enseignants**: le trajet de la formation. Paris: Dunot, 1987.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Londrina: EDUEL, 2006.

FONSECA, S. C. **Paulo Freire e Anísio Teixeira**: convergências e divergências (1959-1969). Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

FRANCO, M. A. do R. S. Da necessidade/atualidade da pedagogia crítica: contributos de Paulo Freire. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 154-170, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v25i2.8891>. Acesso em 02 jan. 2023.

FREIRE. **Política e Educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____, P. **Pedagogia da autonomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, P. **Pedagogia da esperança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____, P. **Educação como prática de liberdade**. E-book Kindle. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____, P. **Conscientização**. Trad. Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

Formação de educadores sexuais [livro eletrônico]: **adiar não é mais possível/** Mary Neide Damico Figueiró - 2. ed.rev, atual. e ampl. - Londrina: Eduel, 2020.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (ORGs). **Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação Práticas de Direito e Políticas Públicas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIROUX, Henry; FIGUEIREDO, Gustavo. Por uma práxis radical na luta em defesa da democracia: desafios contemporâneos para a formação política e a educação crítica no século XXI. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14787/209209213303>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GOIÁS. **Estrutura e Princípio da Educação Básica.** Goiânia: CEE/GO, 2011. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-CP-N.-5-de-10-de-junho-de-2011-rev-13-07%20\(1\)%20\(2\)%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-CP-N.-5-de-10-de-junho-de-2011-rev-13-07%20(1)%20(2)%20(texto%20basico).pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GONZAGA, David. Internacionalização do Movimento LGBT: uma análise da ampliação do espaço social e da participação política nas relações internacionais. **NEARI em Revista**, v.5, n. 7, 2019. Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/1608/1136>>. Acesso em 23 jun. 2022.

GROSSI, Miriam Pillar, et al. (Orgs.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond. 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tadeu Tomaz (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

HEILBORNE; ROHDEN, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 2, n. 3, jan./mar. 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8149/5735>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião.** 2 ed. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<https://www.diversidadessexual.com.br/wp->

content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

JUNCKES; Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 1, 2009. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/3666/25417_9.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 jun. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do Currículo**, v. 2, n. 2, p. 208-230, set./mar. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/4281>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

LA TORRE, Saturnino; BARRIOS, Oscar. **Curso de formação para educadores**. São Paulo: Madras Editora, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (Orgs.). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres : Ed. UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003

MARINE, Luisa. Bolsonaro ignora estatísticas ao criticar o “coitadismo” de nordestinos e minorias. **Congresso em Foco**, 25 out. 2018. Disponível em:

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/estatisticas-contrariam-coitadismo-de-nordestinos-e-minorias-apontado-por-bolsonaro/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MARTINS, C.C. Os atuais modelos de formação de professores: reflexos. **Anais...III Congresso Internacional sobre Formação de Professores nos Países de Língua e Expressões Portuguesa**, pp. 27- 44, Teorias e Práticas Educativas na Formação de Professores – Desafios para o Século XXI (2003). Pará: Instituto Superior de Educação, 1999. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/ysnm8/pdf/martins-9788579831034.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em: 11 abr 2022.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. (Orgs). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Revista Latinoamericana**, n. 11, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/R5yj8sS5khtBxVRXZPYgK8H/>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

NOGUEIRA, M.A. Convertidos e oblatos – um exame da relação de classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu. Educação, **Sociedade & Culturas**, Porto, v. 1, n. 7, p. 109-129, 1997

NÓVOA, Antonio. Escola nova. **Revista do Professor**. Ed. Abril, 2003. **O POVO ONLINE**. Governo Bolsonaro acaba com Secretaria da Diversidade e Inclusão do MEC. 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/amp/noticias/brasil/2019/01/ministro-de-bolsonaro-acaba-com-secretaria-voltada-para-educacao-de-su.html>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NÓVOA, Antonio. **O processo histórico de profissionalização do professorado**. In: NÓVOA, A. (Org.) Profissão professor. Lisboa: Porto Editora, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 1992. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0205.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

PACHECO, José Augusto; FLORES, Maria Assunção. **Formação e avaliação de professores**. Porto: Porto Editora, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

POCAHY, Fernando; OLIVEIRA, Rosana; IMPERATORI, Thaís. Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, 2009.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba: IBPEX, 2007.

ROSA JÚNIOR, Jair; LOURINHO, Anamelia Cardoso Guasti. A inclusão da comunidade LGBT nas escolas: reflexões. In: OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta (Org). **Educação e desenvolvimento: prismas, movimentos e transições**. Franca/SP: Uni-FACEF/UNESP, 2017.

ROSSI, Célia Regina et al. Gênero e diversidade na escola: reflexões acerca da formação continuada sobre assuntos da diversidade sexual. **Contexto & Educação**, Ano 27, n. 88, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/365>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SANTOS, J. A. **Gênero na teoria social: papéis, interações e instituições**. Virtú, Juiz de Fora, v. 4, p. 4, 2007. Disponível em: <<http://portal.ufff.emnuvens.com.br>>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Marco. **Exigências para formação do professor na cibercultura**. 2000. Disponível em: <http://www.educacaoadistancia.blog.br/revista/ucp_marcosilva.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SILVA, C. R. da. **A igualdade ainda vai chegar: desafios para a construção da “culturado respeito” aos direitos de cidadania do segmento LGBTTT em uma escola pública do município de São Paulo**. 2010. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. (83) 3322.3

SILVA, Tomaz Tadeu. Quem escondeu o currículo oculto. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA FILHO, Alípio. Ideologia e transgressão, 2009. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

_____, Alípio de. **Orientação sexual**: construção política do desejo, ou crítica da substancialização. Medos, mitos e castigos. 2009

SOUZA, Elizeu Clementino. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 20, Número Especial, 2015. Disponível em: <<https://www.anpof.org.br/periodicos/conjectura-filosofia-eeducacao/leitura/713/25593>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial n.1.055.886-PB. Relator: Ministro. Napoleão Nunes Maia Filho, 1 out. 2009.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; CARVALHO, Marize Souza. A extinção da SECADI: Um golpe fatal nas conquistas no campo da educação. **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1523>> Acesso em: 23 jun. 2022.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 725-742, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a04v37n4.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

TEIXEIRA, Fabiane Lopes. **Gênero e Diversidade na Escola – GDE**: investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar. 2014. 153f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas/RS, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3181/1/TEIXEIRA%2c%20Fabiane%20Lopes.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

TOKARNIA, Mariana. MEC retira o termo “orientação sexual” da Base Curricular. **Agência Brasil**, Brasília, abr. 2017. Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento.>](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento.>)>. Acesso em: 14 abr. 2022.

UNESCO. O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. **Pesquisa Nacional Unesco**. São Paulo: Moderna, 2004.

VEIGA-NETO, A. Incluir para saber. Saber para excluir. Proposições - **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação**, 12(2-3), 22-31, 2001.

APÊNDICE I - Solicitação para realização da pesquisa**SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Prezado (a) Diretor (a)/Coordenador (a),

Vimos por meio desta solicitar a autorização para a coleta de dados da pesquisa intitulada: “SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL; ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL PROF. ANTÔNIO MARÇO DE ARAÚJO (LUZIÂNIA/GO)”. Tal pesquisa consistirá na aplicação de questionários para os professores e alunos da Unidade Escolar, com a finalidade de averiguar como está sendo debatida a temática na perspectiva do enfrentamento e superação dos preconceitos e discriminações presentes no cotidiano escolar em razão da orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero.

Este estudo faz parte dos pré-requisitos para titulação de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, sob orientação do Professor Doutor Flávio Reis dos Santos. Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias pelo telefone (61) 99289-6737 ou e-mail claudia.vort@gmail.com.

No aguardo da autorização, agradecemos de pronto a atenção dispensada.

Luziânia, ____ de _____ de 2022.

Ana Cláudia Souza Vortmann
Mestranda UEG/PPGET

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
Orientador UEG/PPGET

APÊNDICE II - Declaração de ciência e concordância da instituição escolar**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO
ESCOLAR**

Eu, _____, ocupante do cargo de _____ na _____, autorizo a realização nesta instituição da pesquisa : “SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL; ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL PROF. ANTÔNIO MARÇO DE ARAÚJO (LUZIÂNIA/GO)”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Cláudia Souza Vortmann, orientada pela Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos, que tem como objetivo averiguar como está sendo debatida a temática na perspectiva do enfrentamento e superação dos preconceitos e discriminações presentes no cotidiano escolar em razão da orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero.

Afirmo que fui devidamente informado(a) sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para a pesquisadora serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Luziânia, ____ de _____ 2022.

Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ da instituição

APÊNDICE III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual: Estudo de Caso no Colégio Estadual Prof. Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO)
Pesquisadora Responsável: Ana Cláudia Souza Vortmann
Orientador da Pesquisa: Flávio Reis dos Santos

Prezado(a):

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual: Estudo de Caso no Colégio Estadual Prof. Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO)”. Meu nome é Ana Cláudia Souza Vortmann, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo e-mail claudia.vort@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação ou mensagem de *Whatsapp* pelo telefone (61) 99289 6737. Caso persistam as suas dúvidas acerca dos seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás** pelo email cep@ueg.br ou pelo telefone (62) 3328-1439.

1. Justificativa da Pesquisa

Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual são questões que vêm ganhando espaço na sociedade contemporânea, decorrência de maior atenção de pesquisadores das mais diversas partes do mundo sobre a temática inaugurada na década de 1970 e reforçada pelo movimento político e social denominado Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) na década de 1990. O movimento evoluiu e incluiu diversas pessoas de diferentes orientações sexuais e identidade de gênero, sendo atualmente conhecido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos e Assexuais (LGBTQIA+), intensificando a luta na defesa da inclusão, aceitação e respeito integral dos direitos dessas pessoas. Reflexo do contexto social e cultural da discriminação, não aceitação e exclusão das pessoas LGBTQIA+ disseminada na sociedade, o ambiente escolar manifesta o mesmo comportamento, fato que nos levou a empreender a presente pesquisa na medida em que entendemos que apesar das resistências e discriminações no interior da escola e da sala de aula existe uma riqueza de possibilidades para as discussões, disseminação de informações e esclarecimentos sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual, assim como para o entendimento das realidades e dificuldades enfrentadas pelas pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo da sociedade.

2. Objetivo Geral

Analisar o entendimento que professores e alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Antônio Março de Araújo (Luziânia/GO) apresentam sobre Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual e como tais questões são trabalhadas no interior da sala de aula.

2.1 Objetivos Específicos

2.1.1 Apresentar as discussões, concepções e conceitos sobre a temática na literatura e sua disposição na legislação da educação no Brasil.

2.1.2 Verificar a existência/oferta de cursos de capacitação e/ou formação continuada sobre a temática para apoiar a prática cotidiana docente disponibilizadas tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual.

2.1.3 Identificar na voz de professores e alunos como as questões sobre Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual são discutidas, debatidas e entendidas tanto no âmbito da unidade escolar quanto em sala de aula.

3. Procedimentos Metodológicos

Para empreender a pesquisa optamos pela utilização do “estudo de caso”, pois representa um método empírico de investigação de fenômenos contemporâneos em sua profundidade e em seus contextos de mundo real, sobretudo quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidenciados. Entendemos ainda, que o estudo de caso se defronta com situações tecnicamente diferenciadas com inúmeras variáveis de interesses e com várias fontes de evidência que demandam a necessidade de sua convergência de forma triangular, contribuindo para o desenvolvimento das proposições teóricas que orientam a coleta e análise de dados (YIN, 2015). No que diz respeito à análise dos dados coletados, recorreremos a uma abordagem quanti-qualitativa, visto que nos possibilita efetuar uma caracterização holística de um fenômeno que se materializa em uma situação natural, “rica em dados descritivos, tem um plano aberto, flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”, portanto constitui instrumento de grande potencialidade para que possamos conhecer e compreender os contextos que caracterizam as interações e ações no interior da escola, bem como a sua relação com as demais instituições da sociedade (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

4. Contribuições da Pesquisa

A nossa expectativa é a de que esta pesquisa possa contribuir para entendimento da diversidade sexual e da identidade de gênero não como opção, mas como orientação sexual no sentido de contribuir para contra a incompreensão, resistência, discriminação e exclusão das pessoas não são enquadradas no padrão heteronormativo determinado e imposto pela sociedade. Assim como, para a mudança de postura acerca da temática pesquisada por parte da escola, de seus dirigentes, de professores de alunos, da comunidade local e da sociedade em si, visto que ser “diferente” é não atender aos padrões estabelecidos por uma sociedade histórica e estruturalmente machista.

7. Desconforto Emocional

Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

5. Despesas

Os voluntários não terão despesas ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância no seu desenvolvimento a qualquer momento. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação.

8. Garantia de Sigilo

A identidade do(a) participante será mantida em sigilo, assegurando a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas possíveis consequências.

9. Publicação dos Resultados

Os dados coletados e resultados serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa e poderão ser publicados tanto em sua totalidade no formato de livro impresso ou digital, bem como parceladamente no formato de capítulo de livro impresso ou digital, ou no formato de artigo em periódicos científicos.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu _____,
 inscrito(a) _____ sob _____ o
 RG/CPF _____, abaixo
 assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Sexualidade, Gênero e
 Diversidade Sexual: Estudo de Caso no Colégio Estadual Prof. Antônio Março de
 Araújo (Luziânia/GO)”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha
 participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e
 esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Ana Cláudia Souza Vortmann sobre a
 pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis
 riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido
 que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a
 qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no
 projeto de pesquisa acima descrito.

Luziânia/GO, ____ de _____ de _____.

 Assinatura do(a) Participante

 Ana Cláudia Souza Vortmann
 Pesquisadora Responsável

APÊNDICE IV**Questionário Professores**

Nome: _____

Naturalidade: _____ Sexo: _____ Nascto: _____

Formação

Inicial: _____

Especialização: _____

Início na Docência: _____ Tempo de Atuação na Unidade Escolar: _____

Informações Adicionais:

1. Sabe qual é o significado da sigla LGBTQIA+?

R.: _____

2. Nas turmas de Ensino Médio da escola em que atua existem alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero e/ou orientação sexual?

R.: _____

3. Já presenciou alguma manifestação de preconceito e/ou discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero ou algum caso de evasão/abandono escolar de alunos LGBTQIA+?

R.: _____

4. A escola realiza alguma atividade ou fomenta debates/discussões direcionados à diversidade sexual e/ou as discriminações vivenciadas pela população LGBTQIA+?

R.: _____

5. Em algum momento da sua trajetória acadêmica/profissional participou de palestras, cursos, seminários, formação continuada para trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual na escola?

R.: _____

6. Costuma trabalhar com os alunos temáticas relacionadas à diversidade sexual e às discriminações sofridas pela população LGBTQI+? Dê exemplos?

R.: _____

7. Acredita que existe resistência dos professores(as) e da gestão escolar em trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual no âmbito escolar? Especifique:

R.: _____

8. Na sua opinião abordar tais questões na escola representa interferir, de alguma forma, na atuação da família no processo de formação dos alunos? Comente:

R.: _____

9. A ausência de referências à diversidade sexual no ambiente escolar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de formação do(s) alunos(as), bem como o enfrentamento e superação das discriminações e preconceitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade da população LGBTQI+?

R.: _____

10. Em sua concepção entende que existe resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual sejam discutidos na escola? Exemplifique:

R.: _____

APÊNDICE V**Questionário Alunos**

Nome: _____

Naturalidade: _____ Sexo: _____ Nascto: _____

Atuação Profissional: _____

Informações Adicionais:

1. Sabe qual é o significado da sigla LGBTQIA+?

R.: _____

2. Nas turmas de Ensino Médio na escola em que estuda existem alunos transexuais, travestis, gays, lésbicas ou outras formas de identidade de gênero e/ou orientação sexual?

R.: _____

3. Já presenciou alguma manifestação de preconceito e/ou discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero?

R.: _____

4. A escola realiza alguma atividade ou fomenta debates/discussões direcionados à diversidade sexual e/ou as discriminações vivenciadas pela população LGBTQI+?

R.: _____

5. Acredita que existe resistência dos professores(as) e da gestão escolar em trabalhar questões relacionadas à diversidade sexual no âmbito escolar? Especifique:

R.: _____

6. Na sua opinião abordar tais questões na escola representa interferir, de alguma forma, na atuação da família no processo de formação dos alunos? Comente:

R.: _____

7. A ausência de referências à diversidade sexual no ambiente escolar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de formação do(s) alunos(as), bem como o enfrentamento e superação das discriminações e preconceitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade da população LGBTQI+?

R.: _____

8. Para você de quem é a responsabilidade em trabalhar com as questões relacionadas à diversidade sexual:

() Família

() Escola

() Sociedade

() Estado

Justifique a sua opção:

R.: _____

9. Em sua concepção, entende que existe resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual sejam discutidos na escola? Exemplifique:

R.: _____

10. A resistência e oposição de determinados segmentos da sociedade que não concordam que temas relacionados à diversidade sexual precisam discutidos na escola? Exemplifique:

R.: _____